

COMISSÃO ESPECIAL

Resolução nº 995/2005

SEMINÁRIO REALIZADO EM 27 DE ABRIL DE 2005.

Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Relatora Adjunta da Comissão.

Às dez horas e trinta e dois minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão Especial constituída pela Resolução nº 995/2005, sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Relatora Adjunta da Comissão, “ COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE.”

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Senhoras e senhores, bom dia!

Muito obrigada pela presença de todos.

Neste momento, abro o 3º Painel do Seminário da Comissão Especial para revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, constituída pela Resolução nº 995/2005, conforme o Requerimento nº 281/2005, com o tema Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Diagnóstico/Diretrizes para a Política de Desenvolvimento Urbano Metropolitano. Diretrizes para a Elaboração dos Planos Diretores Municipais.

A Mesa está constituída pelos Vereadores: Dr. Adilson Soares, que é o Relator da Comissão Especial; Eliomar Coelho, que é o sub-Relator e o Renato Moura. Contamos, ainda, com a presença da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira. E agradecemos, também, a presença do Dr. Ricardo César Pereira Lira e da Dra. Rosangela Nunardele, que vem aqui acompanhar os nossos trabalhos. E, sobretudo, agradecemos a presença muito especial dos representantes dos municípios vizinhos, que vão nos ajudar a pensar o Plano Diretor de uma maneira integrada, estratégica, em função da região metropolitana, que é um tema extremamente complexo, do ponto de vista institucional. Mas que é o desafio que nós temos pela frente e que devemos encaminhar soluções para este problema. Certamente não será, aqui, hoje, que teremos a oportunidade de encontrar soluções. Mas vamos, pelo menos, abrir o caminho e nos inteirar de que como anda os Planos Diretores de cada uma das cidades, aqui, presentes, de como podemos colaborar e até, quem sabe, inventar modelos novos de Planos Diretores que possam estar integrados nos seus objetivos. Por isso, eu agradeço muito a presença do Rodolfo Vaneck, que é Secretário Municipal de Urbanismo de Duque de Caxias, do Adir Mota Filho, Secretário Municipal de Urbanismo de Niterói e do Fábio Bruno de

Oliveira, Secretário Municipal de Urbanismo de Mesquita. Temos então a possibilidade de dar a palavra aos Vereadores antes de iniciarmos o nosso debate. Passo a palavra ao Relator, Vereador Dr. Adilson Soares.

O SR. VEREADOR DR. ADILSON SOARES – Estamos aqui reunidos para ouvir aquilo que precisamos ouvir para que esse Plano Diretor seja um bom plano para a cidade em todos os aspectos. Essa já é a terceira reunião que fazemos e esperamos que cada vez mais nós aprendamos tenhamos mais subsídios para que esse plano seja um sucesso.

Muito obrigado pela presença.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Passo a palavra ao Sub-Relator, Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Inicialmente quero cumprimentar a Mesa e de forma especial os palestrantes, o Secretário de urbanismo de Caxias, o Secretário de Urbanismo de Niterói e o Subsecretário de Urbanismo de Mesquita. Registramos que lamentamos a ausência do Secretário de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro, infelizmente. Quero cumprimentar a todos e a todas do Plenário. Este painel faz parte de uma programação de atividades, cujo objetivo é a coleta ou a obtenção de informações, de dados, de elementos, no maior número possível, que permita a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, fazer um novo Plano Diretor. Chama-se Revisão do Plano Diretor, mas, no fundo, no fundo, dez anos depois da existência de um Plano Diretor, no nosso caso, 13 anos, a cidade mudou tanto, que, para fazer ou para rever um Plano Diretor de acordo com o que existe atualmente, com o que é o Rio de Janeiro nos dias atuais, nós vamos ter que realmente entregar para esta cidade um Plano Diretor e o painel de hoje que tem como tema a Região Metropolitana, que hoje não se entende de forma alguma fazer uma discussão sobre a Cidade do Rio de Janeiro sem entender o que se passa, o que existe o que é exatamente a sua região metropolitana. Grande mancha urbana, região metropolitana esta que, tempos atrás, já foi objeto de preocupação e de políticas de governo, depois foi relegado, principalmente a partir da década de 80, a um plano secundário, mas hoje se retoma como preocupação o que acontece nas regiões metropolitanas. A região metropolitana do Rio de Janeiro é uma das quatro maiores regiões do país. Temos um estado atípico onde praticamente, cerca de 50% da população se concentra numa única cidade, num único Município que é o Rio de Janeiro. A Região Metropolitana que é composta de 18 Municípios, isso concentra cerca de 76% da população de todo o Estado do Rio de Janeiro. Então são características bem distintas

dos demais estados do nosso país. É claro, os problemas existentes nessas regiões metropolitanas cada vez se avolumam mais, e, realmente, para vocês terem noção, já existe hoje, no Congresso, um projeto para se trabalhar, por exemplo, o Plano Diretor Metropolitano. Então veja que está novamente na crista da onda essa discussão. Belo Horizonte já tem um Plano Diretor Metropolitano e então o Rio de Janeiro não poderia, de forma alguma, deixar de abordar esta temática tão importante, necessária e essencial para a condução dos nossos trabalhos de revisão ou feitura de um novo Plano Diretor para entregar à Cidade do Rio de Janeiro. É claro que a participação e a contribuição que teremos neste painel dos secretários de Niterói, Caxias e Subsecretário de Mesquita com certeza irá enriquecer enormemente as condições do nosso trabalho daqui para a frente.

Então, bom dia para todos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Vereador Eliomar Coelho.

Vou passar agora a palavra aos nossos convidados, apenas sinalizando que cada um terá 30 minutos para expor as suas propostas e também as suas angústias, pois não é só a parte formal que nos interessa, mas também o desafio de pensar esta cidade conjuntamente a partir de experiências que já são muito sedimentadas aqui para os nossos três conferencistas.

Passo a palavra agora ao Sr. Rodolpho Wanek.

O SR. RODOLPHO WANEK – Bom dia, eu estou Secretário de Urbanismo na Prefeitura de Caxias. A minha formação é na área de Engenharia e sou funcionário de carreira da Prefeitura.

Durante esse tempo fiz todo o desenvolvimento de Caxias e agora estou podendo ter esse momento para tentar fazer uma modificação ou mudar os rumos da cidade.

Num histórico breve de Planos Diretores anteriores, como no Rio, muito pior do que no Rio, o Plano Diretor que utilizamos atualmente tem mais de 30 anos, ele foi aprovado em 1973. Depois disso, tivemos mais quatro tentativas de Plano Diretor encaminhadas, mas nenhum deles logrou êxito e agora, com a necessidade de aprovação ou apresentação desses Planos Diretores para o Ministério das Cidades nós tomamos, para esse novo governo que está assumindo agora, a postura de criar o Plano Diretor para apresentar ao Ministério.

A nossa intenção, em princípio, foi a de se pegar um dos Planos que tinham sido iniciados e trabalhar em cima desse Plano. Para isso utilizamos o nosso pessoal da Casa, talvez até com um conhecimento maior da região e dos problemas da cidade.

Para isso, montamos duas equipes, uma para trabalhar o Código de Obras e outro para trabalhar o Plano Diretor em si.

Em cima disso, trabalhamos também com todas as outras Secretarias, pleiteando solicitando que cada uma, por sua parte ou por sua parcela, colaborasse na forma de montar o Plano Diretor.

Com isso montamos um cronograma de trabalho, pensando não num Plano Diretor, mas num estudo preliminar que vem se transformando ao longo do tempo, com cada participação, com cada idéia de cada Secretaria e assim se vai reescrevendo um novo Plano. Essa intenção, em cima de um cronograma que tem que ser apresentado à Câmara, pelo menos em nossa intenção, até o final desse ano, para que Câmara possa vir a aprovar o Plano, passa também pela sociedade civil. Nós tentamos junto a alguns órgãos de classe (CREA de Caxias, Sindicato dos Engenheiros, Associação de Empresários da Área de Petroquímica, MUB-Movimento de União de Bairros, que congrega pelo menos 120 Associações de Moradores) e levamos a eles o primeiro estudo preliminar para que viessem as críticas e sugestões, a fim de se elaborar uma segunda fase.

A idéia de se divulgar isso da maior forma possível visa justamente a eliminar, ou pelo menos diminuir, nas fases de Audiências Públicas, as discussões que ocorrerão.

Além de tudo, tentamos também, ou pelo menos viabilizamos, na página da Prefeitura de Caxias, o Plano Diretor pela Internet, com acesso, divulgamos em jornais. E isso fez com que muitas idéias chegassem da população em si, que podem, quase sempre todos os e-mails respondidos, demos um e-mail para sugestões e idéias. E isso tem trazido um grande volume de material, quer dizer, sugestões e idéias do Plano Diretor para o nosso grupo.

A partir de agora, mês de maio, nós estamos ingressando numa segunda fase, que é o fechamento desse primeiro estudo preliminar e um lançamento de um segundo estudo, fechado já pelas Secretarias, por essas entidades que foram apresentadas de início, e pelas sugestões que vieram via Internet. Isso vai ser montado em conselho gestor que vai praticar algumas reuniões, a princípio pelo menos, a perspectiva de pelo menos cinco a seis reuniões, que vão acontecer no mês de junho e julho. Esse conselho gestor vai fechar em definitivo o plano diretor, quer dizer, em definitivo para a apresentação popular ou para as Audiências Públicas. Nessas Audiências Públicas esperamos, com essa divulgação, essa tentativa de distribuição de informação, reduzir ao máximo as discussões dessa fase. E com isso, a partir do fechamento dessa segunda etapa, a apresentação do plano diretor e eficientemente, ou eficazmente, para a Câmara de Vereadores.

Eu não tenho muita experiência de falar em microfone, então vocês me desculpem o nervosismo, mas eu acredito que seja somente isso o que eu tenho de importante no momento para passar. Pelo tamanho da cidade está sendo montado um Plano

Diretor de Transporte, obrigatório também para as cidades com mais de 500 mil habitantes, e nesse Plano Diretor de Transportes, foi convidada a Secretaria de Serviços Públicos da Prefeitura de Caxias, que tem um núcleo de transportes coletivo e uma gerência de trânsito. Então, eles estão preparando junto com a Secretaria de Urbanismo um Plano Diretor específico para transporte.

Eu acho que, na minha opinião, que o Plano Diretor é um instrumento útil, mas ele não pode ser uma coisa muito fechada, ele tem que ser uma coisa um tanto quanto aberta, até porque a cidade muda muito ao longo do tempo e vários fatores vão modificando essas direções que a cidade cresce. O Plano Diretor tem como função principal dirigir esse crescimento, mas só que às vezes acontecem coisas no município que mudam essa direção, e isso tem que ser analisado sempre com o tempo.

Na minha opinião também, a única coisa maior, a coisa mais importante, não é se prender justamente a esse desenvolvimento da cidade, mas a questão é do crescimento ecológico, ou da preservação de mananciais, de recursos, de floresta, de toda a parte ecológica, vamos dizer assim. A cidade muda com o tempo, cria-se uma estrada nova, modifica-se o desenvolvimento, modifica-se a direção do desenvolvimento da cidade. Mas, se você der um passo mal dado, ou se você criar uma diretriz mal definida para a área ecológica, ou para a área de preservação, esse caminho se torna quase que irreversível.

Então, a grande atenção que eu acho que todos os planos diretores devem ter é com a preservação ambiental. Eu sei que parece um discurso assim meio, vamos dizer histórica, ou história de mais, ou muita conversa fiada, mas não é não, a atenção que se tem que ter com a preservação ambiental é muito importante. Porque a cidade pode mudar, você pode derrubar um prédio, mas recuperar uma floresta, ou recuperar um manancial, é uma coisa que não tem retorno.

Eu não sei se é o caminho de todos, esse daí, mas é o que nós estamos tentando fazer com Caxias. Até porque, nós temos uma reserva, ainda, de Mata Atlântica que ocupa pelo menos 10% do município. E a intenção de se preservar essa reserva ou de se prolongar o máximo possível, eu acho que é uma tarefa desse Plano Diretor.

Eu não sei se há mais alguma pergunta ou questionamento. Mas basicamente o que eu tenho para falar é isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Rodolpho.

Nós vamos deixar os debates para o final.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Adyr Motta Filho, Secretário de Urbanismo de Niterói.

O SR. ADYR MOTTA FILHO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Câmara de criar esse fórum permanente de discussões; de cumprimentar a Vereadora Aspásia Camargo, o Vereador Eliomar Coelho, o Vereador Adilson Soares, o Vereador Guaraná, o Vereador Renato Moura, o Secretário de Urbanismo de Caxias, Rodolpho, o Fábio, que está aqui ao meu lado; e cumprimentar alguns companheiros de escola, da UFF, que estão aqui, Marcos e a minha companheira ali.

Niterói, temos duas formas de ver. Até que tem mais, mas Niterói, se olhada pelo lado de execução de leis, execução de instrumentos, deu um avanço considerável e está na dianteira desse processo. Por quê? Em 1992 nós criamos o Plano Diretor que adotou a sistemática de fazer a cidade dividida em cinco regiões de planejamento. Nós já cobrimos três, e este ano terminamos mais duas partes. Então, nós vamos falar aqui de uma cobertura legal. A cidade estará toda legislada, atualizada, e em um desses planos já foi feita uma revisão, o Plano Urbanístico das Praias da Bahia.

Por outro lado, esse sistema de planejamento feito, proposto no Plano Diretor de 1992, ele cria outras leis gerais, que também já foram aprovadas e estão em vigor; criou um conselho em 1993, que chegou a funcionar até 1996, de 1997 até 2000 não funcionou; agora, já retomou novamente sob a orientação e o mesmo espírito ditado e sugerido pelo Ministério das Cidades. Nós acompanhamos e já criamos o nosso Conselho de Políticas Urbanas. Já está funcionando. Nós, em Niterói, já promovemos também a Conferência da Cidade, em 2002, e promovermos, a Regional de Niterói, nós estivemos muito atuantes, propusemos a essa época um consórcio de municípios da região Leste Metropolitana – nós chamamos assim. Niterói é polarizador dessa região.

Por esse conjunto, poderíamos dizer que nós estamos avançando. Mas eu estava conversando, aqui, com os companheiros secretários, que este instrumento que tem sido acompanhado desde a Constituição de 1988, que determina a representação parlamentar e representação mude e se incentive a participação. Assim foi feito em Niterói. Não se reflete com a discussão com a sociedade, a Constituição do Plano Urbanístico. São sempre grupos de pessoas que se interessam e que passam a freqüentar, mas tem o momento em que se discute e depois se cai num esquecimento. Eu estou falando isso porque vejo aqui hoje, uma cidade de cinco milhões de habitantes, não sei quanto tem o Rio de Janeiro, tem uma quantidade como essa aqui, enxertada com alguns companheiros de outros municípios, no Estado do Rio, na região metropolitana. É uma questão que também comentava, que é a questão do Plano Diretor, e eu já participei mais ou menos, na minha trajetória, sem erros de ter

que errar de mais de 200 reuniões de Plano Diretor, desde 1995 até hoje. Às vezes tem alguma surpresa, algum bairro tem uma comunidade organizada, ou uma região, chega lá e tem 30, 40 pessoas. Às vezes numa região hiper-adensada, eu estava comentando aqui que para minha surpresa, Icaraí, um bairro nobre com uma população imensa, concentrada em um quilômetro quadrado, a equipe era maior do que os moradores. Em contrapartida, em algumas regiões a comunidade estava imobilizada por alguma razão, apareceu 100 na reunião. Sempre em todas as reuniões, havia sempre uma grande incompreensão do que se ia discutir. Normalmente nós estávamos diante de um público, que primeiramente, ansioso por falar alguma coisa e que nunca tiveram a oportunidade de falar com aqueles que são representantes dos governos, e passavam ali fazendo uma grande catarse sobre todas as suas problemáticas, desde familiares, escolar, de trânsito, de transportes, comunicação, segurança, habitação, a regularização fundiária, e tudo mais, fora os desaforos que diziam de alguns bêbados que chegavam e achavam que tudo que estava no governo é ladrão, e de escutar isso, calmamente, e avançar nesse cenário. Normalmente aquele que fala, vai embora porque já disse o desaforo que queria e para quem estava ali ouvir. O resíduo é o trabalho do exercício de fazer compreender o que seja esse instrumento, é muito exaustivo. Mas nós estamos conseguindo avanço, principalmente para quem está na história desde os anos 60, porque a gente luta pela reforma urbana, ver o Estatuto da Cidade chegar, é uma dádiva, apesar de incompreendido totalmente. Ainda segunda-feira, nós tivemos uma reunião do Concur e uma das pessoas levantou e falava de direito de preempção como se fosse o direito oneroso de construir. Então, já está confuso para uma grande parte da população, mas algumas pessoas não iniciadas, não como nós que temos alguma informação, já estão compreendendo e questionando o porquê não da aplicabilidade dessa lei que é o instrumento da cidade, do estatuto, que acho e será não imediatamente porque trata-se da única coisa que apareceu neste País, nos últimos 30 anos e que aponta para uma solução, é individual ou municipal ou coletivamente é o Estatuto da Cidade. Eu acho que se ele não for torpediado nos próximos dez anos, ele será um instrumento ótimo para as transformações, para manutenção, para conhecimento; por quê? O Estatuto dar condições de aplicar alguns instrumentos que pode virar recursos ou possam impor direitos e dar força ao Poder Executivo local. Os poderes ainda não sabem o que é isso, isso já está com dez anos atrás, e comparo o que nós tivemos em 1992, a Eco/92 aqui no Rio de Janeiro, foi uma esperança de salvação do meio ambiente, e foi usada em todas as campanhas eleitorais seguintes a questão da Agenda 21.

O reflexo disso nos governos não se traduz como foi levada a propaganda passe dessa eleição, porque não se traduz em orçamento, não se traduz em uma ação de fato.

A mesma coisa está acontecendo com o Estatuto da Cidade, que chegou, parecia ser a tábua de salvação de todos nós. No entanto, se esqueceram de avisar às procuradorias, esqueceram de avisar para os cartórios, para os tribunais, que, agora, está começando uma discussão para que esses instrumentos possam ser implementados, possam ser aplicados, e não de antemão você já levar uma carteirada lá da procuradoria dizendo que isso não vale. As procuradorias tendem a não... Eu não estou assim, não atacando, eu entendo porque, na questão do direito, sobretudo nas procuradorias, não tem um vanguardismo de pesquisa para poder avançar. Normalmente, eles têm o arcabouço que os rege, que é, na realidade, para alertar para o perigo de, amanhã, haver uma ação e perder. Então, fica uma resistência, não tem um centro avançado de pesquisa nos municípios para poder fazer avançar a questão da aplicabilidade dos instrumentos consagrados no Estatuto da Cidade.

Eu estou falando isso porque, de um lado, na nossa cidade, se houvesse um concurso, nós íamos tirar em primeiro ou segundo no estado, “Ganhamos o concurso”. Mas, internamente, nós temos dificuldades homéricas. Por quê? Porque a leitura do Plano Diretor não é quem rege os interesses. Ainda não se chegou ao tempo de quando se for fazer algum empreendimento que venha causar algum impacto, antes de se fechar um negócio, consultar as legislações que o impedem.

As pessoas, por exemplo, eu vou dar uma situação, eu não sei se aqui tem isso, se já conseguiram ultrapassar, a questão das escolas e universidades, elas deram avanços, as universidades privadas deram um avanço muito grande, cresceram, e elas se instalam em lugares antes de se perguntar à prefeitura se ali podia ou não podia, porque tem uma Lei do Uso do Solo que impede na coletora A, B, C, não é? Arterial isso e aquilo, que tem alguns impedimentos, eles compraram o prédio e já foram ao Ministério da Educação ou na Secretaria de Educação e tiraram seu licenciamento. Ou seja, tem uma, antes do Poder Municipal tem uma autorização ou Federal ou Estadual, e, aí, para consertar isso, é um caos, porque aí entram todas as defesas jurídicas que impedem, e, no entanto, causam um enorme transtorno na cidade, você ter uma universidade que é um pólo atrator de tráfego enorme, e a via fica completamente conturbada. Mas nós temos que conviver com isso, e não tem pergunta ao Plano Diretor, não tem pergunta à legislação municipal. Aí, no final, vai-se fazer uma lei para mudar o que está feito, para poder atender, porque é importante, porque gera emprego, gera riqueza. Essas questões ainda estão longe de serem colocadas no patamar.

Eu acho que, salvo algum erro meu, e o Ipuc lá em Curitiba, tem já sido consultado anteriormente. Quer dizer, a cultura da cidade já começou a consultar antes de se fazer algum grande empreendimento, para depois não ter os transtornos. Mas nós estamos aí para continuar esse avanço.

Niterói, quero voltar outra vez a falar, deu um avanço significativo, nós devemos fechar isto este ano e fazer a revisão do Plano Diretor no próximo ano.

Na questão metropolitana, nós temos Niterói, para vocês terem uma idéia, ela é polarizada e ao mesmo tempo de passagem; o Rio de Janeiro é polarizador de toda região metropolitana, sobretudo da região da Baixada e também que vem pela ponte. O que vem pela ponte passa por Niterói e passa por Niterói toda a região Serrana, região dos Lagos, sobre São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Tanguá, tudo isso na questão de trânsito e transporte, passam pela malha viária de Niterói. Nos limítrofes da cidade nós temos a questão da rede escolar e da rede hospitalar que são sacrificadas por essa proximidade, porque Niterói tinha tradição de capital, tem alguns hospitais gerais de qualidade, muitos municípios têm ambulâncias e levam direto para lá, porque não tem outro hospital.

Então, isso já começa a dar um certo transtorno na cidade. No nosso planejamento urbano tem que contemplar, isso é uma coisa interessante que nós temos discutido. A linha 3 do Metrô, que não serve em absolutamente nada para a nossa cidade, ela tangencia o Município em um quilômetro e meio ou mais. Ninguém vai sair do seu meio de transporte mais barato para ir para um meio de transporte mais caro para ir para o mesmo lugar que se vai de ônibus, a não ser o vizinho da estação do Metrô. Agora, para a cidade, nós temos discutido muito isso, vai ser um grande transtorno, porque a medida que a Linha 3, se sair, porque tem uma corrente que diz que vai sair, tem outra que diz que não vai sair, se sair nós vamos ter que estar de olho aberto o tempo todo e monitorando, por que? Porque a cada vez que ela cresce em direção ao interior ela está punindo mais a Cidade de Niterói, porque é mais gente chegando na Cidade de Niterói e sobretudo a forma como fizeram recentemente, em que o Metrô Linha 3 tinha um túnel submerso do Largo da Carioca a Niterói, depois a linha que tangenciava a cidade ia subterrânea nesse quilômetro e meio até o limite de São Gonçalo e elevado a partir de São Gonçalo. Num passo de mágica decidiu-se que a parte submersa é federal, a parte superficial é do estado e o estado não tem dinheiro para construir o subterrâneo, então, vamos fazer elevado. Elevado, viaduto neste Brasil é sinônimo de estacionamento irregular, barraca, moradia, papel, lixo, tudo de ruim que só cabe ao município ficar cuidando com o seu corpo de Guardas Municipais, uma encrenca danada e por isso tivemos que ser contra. Ao mesmo tempo que isso é um indutor

econômico e nós não podemos deixar, é um fato concreto, extra decisão municipal.

O Parque Off Shore instalado em Niterói é um atrator enorme de veículos, de recursos, de emprego, nós queremos, mas chega na cidade, um dia falando para os construtores reclamamos, os proprietários das empresas, os representantes das empresas de off shore, em uma certa ocasião nos reunimos para discutir o ponto de vista do planejamento, eles só reclamaram do município como se o município não tivesse feito oferta para eles, que eles trazem recursos, eles trazem emprego, um vigor econômico enorme, e uma certa ameaça: “Nós vamos sair”.

Primeiro, quero dizer aos senhores: Niterói quer todo e qualquer indutor econômico para a cidade, como todo o município do Brasil. Eu me lembro que todo mundo queria instalar o Parque Tecnológico Não-Polvente, todo mundo queria isso, quem não queria ter um Parque Tecnológico Não-Polvente gerando emprego, riqueza, divisa? Todo mundo. Niterói também quer. Agora, tem o seguinte, só estão ameaçando.

Primeiro, o Parque Naval de Niterói estava falido. Os senhores com essa questão da Petrobras – descobriram novos poços de petróleo na Bacia de Santos – se instalaram onde? Na Ilha da Conceição. Na Ilha da Conceição, por quê? Porque tinha um parque lá instalado, um. Dois: porque é um dos três pontos estratégicos do Brasil. Três: porque tinha calado. Lá só se chega de navio, porque tem calado, o calado está drenado.

E ao mesmo tempo, os senhores estão passando pela malha viária e reclamando muito, mas eu ainda não vi os impostos chegarem ao município, e ainda há uma confusão: eles não estavam querendo pagar, na época, o ISS da cidade. Mas por uma determinação, que hoje mudou um pouco, a Petrobras só faz contratos com as empresas estando regularmente quites com todos os níveis de poder. Então, isso melhorou muito a cidade de Niterói, mas à época nem isso tinha, era uma reclamação danada.

No final, os senhores vão me desculpar, mas eu tenho que ser franco nessas coisas. Os senhores não vieram para cá e perguntaram: o município de Niterói quer receber o Parque *Off Shore*? Não. Os senhores fizeram como todo o lugar faz: fazem uma relação de custo e benefício, vêem o que é melhor para vocês, compram, instalam e fazem. Ou seja: os senhores não pediram anteriormente para nós se queríamos, se podíamos, como iria fazer, qual era o investimento. Não houve nenhuma combinação prévia, nenhum documento para dizer como seria a regra do jogo.

Agora, estou lhes dizendo: a cidade está sendo punida pela questão. Só para dar um exemplo: uma carreta, uma bobina de não-sei-o-quê, de 42 toneladas – a Ilha da Conceição é uma via de sete metros, vai-e-vem, tradicional – parou. Tiveram que tirar postes e árvores, casas e muros foram rachados. Foi uma

loucura. A Ilha da Conceição parou, durante 7 horas, para poder chegar onde deveria chegar.

Pois bem, estou dizendo: são coisas que são estratégicas do Estado e da União que chegam na região metropolitana – estou dando o exemplo de Niterói, mas poderia ser em qualquer outro lugar – e que não se combinam previamente, como o Detro, no passado, deu centenas de linhas.

Nós fizemos, em 1993, o Terminal na Cidade de Niterói. O cálculo para a inauguração era de 860 ônibus/hora, no pico. Quando inaugurou a obra, já estava em 1.081, por quê? Porque Detro é quem dá a autorização intermunicipal e deu – senão me engano – mais 36 linhas, atravessando de Niterói para o Rio, de Niterói para São Gonçalo, de Niterói para tudo quanto é lugar. E nós nunca fomos ouvidos.

Então, agora, estou falando esses fatos que, na região metropolitana, acontecem fatalmente, e traz tudo isso no seu bojo. O meu tempo está acabando?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Pode falar. Há ainda bastante tempo. Pelo menos dez minutos ainda.

O SR. ADYR MOTTA FILHO – Está bom. Traz no seu bojo o quê? O fenômeno da ocupação irregular. A ocupação irregular, aconteceu na favela.

Toda vez que se faz, tem um pólo aqui, ator econômico, com ele traz um grupo, um loteamento que é diretamente ocupado e duas, três vezes mais daquele grupo de gente que vem ali em busca ou indiretamente ou informalmente vai trabalhar. Então, as cidades que têm esse tipo, na verdade, eu digo que é bom que a gente viva com isso ou viva com a falência do município, não, não, eu estou aqui dizendo nossos problemas, nós temos que dizimar isso mas a vinda do mercado aqueceu muito a economia de Niterói. Mas são coisas que trazem muitos problemas, a favelização de Niterói está crescendo, não é fenômeno da cidade de Niterói, é um fenômeno metropolitano brasileiro, sul-americano e, há quem diga, da Calota Sul do Planeta.

Então, é o modelo, nos da cidade não temos como responder, por mais que se faça, agora, e o Ministério das Cidades esteja pensando em fazer, em oferecer possibilidade, a Caixa Econômica em oferta crédito na linha de habitação popular, não se vai conter, na medida que você tem uma atuação, como a que tramita nesta Câmara, não vai se conter o processo de favelização, porque o processo de favelização tem uma cultura de não pagar nada, o outro tem que pagar alguma coisa e onde isso pressiona? Pressiona, exatamente, nas áreas ambientais, nas faixas marginando os rios, as ervas e nós estamos com esse problema lá.

Isso vem de uma falta de uma velha e querida Fundren, a velha e querida Fundren acabou por razões ou de gigantismo ou de tecnocrático demais, mas foi embora, a Fundren, quando eu estava me formando, era o sonho de todo mundo que trabalhava em planejamento, ser um estagiário da Fundren, meu Deus do céu, que honra que era ser estagiário da Fundren. A Fundren acabou e não tem nenhum outro órgão que substituiu e nós políticos, eu também já fui Vereador, nós políticos, nós somos muito medíocres, desculpem, mas nós somos muito medíocres porque a gente não consegue avançar, se pudesse fazer um consórcio, consórcio terá que existir no futuro, é inevitável isso. Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Caxias, São João de Meriti, Mesquita não tem mais onde conviver sem o consórcio. Para não se ter uma Fundren que centraliza na mão do Estado, o Estado comanda, o consórcio é a solução, mas nós não conseguimos avançar, mas nós não vamos conseguir resolver os problemas metropolitanos sem que se faça um consórcio, sem que se tenha essa figura de discussão regionalmente, porque os problemas, vou dar aqui um problema que está pulando, em Niterói, o problema do camelô aumenta na medida que o Cesar Maia bate nos camelôs aqui, aumenta lá, São Gonçalo aperta, aumenta em Niterói e a guerra, fica uma coisa de doido. Então, Niterói reflete, como todos os municípios da região metropolitana, é reflexo do núcleo, do Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo reflete em todos os outros municípios.

E, ao mesmo tempo, nós temos uma coisa ruim para a Cidade de Niterói, para a população, todos nós que não somos periféricos, vamos dizer assim, não temos a televisão local, a Região Serrana tem, a Região dos Lagos tem, toda região tem a sua RJ local, Niterói, São João de Meriti, Nova Iguaçu não têm, então, a gente não tem como falar com a população. O que nós estamos fazendo? Então, nós temos uma neurose reflexa, por exemplo, que se aqui fechou a Linha Amarela, cria-se um pânico lá no sinal de trânsito em Niterói, porque há pessoas dentro da televisão... “Estão invadindo!”

Então, nós temos uma neurose reflexa que atinge a todos nós. Com o poder da telecomunicação e da televisão, acontece um fato numa cidade qualquer, parece que aquilo está chegando na nossa casa, no nosso vizinho. E a gente não tem como combater, informar, discutir essas questões do ponto de vista regional.

Então, acho que urge, temos que arranjar... Tenho conhecimento, tive a oportunidade de, como músico, graças a Deus, não como urbanista, viajar por boa parte do mundo e vi, em alguns lugares na Europa, consórcios por bacias hidrográficas, que era uma coisa maravilhosa, no sentido de se fazer um consórcio de bacias hidrográficas, você resolvia uma porção de coisas, porque já era questão ambiental, em primeiro

estágio e depois uma organização de todo o restante em função dessa bacia hidrográfica.

Então, a minha colaboração, aqui, e a minha discussão é a de que a gente possa trabalhar no sentido, não de um consórcio macro de todas as regiões, mas guardando as características dos municípios, que se faça, que se trabalhe, que se lute para a criação dos consórcios, para que a gente possa resolver *pari passo* os problemas, mesmo que seja devagar, mas que aponte para um futuro, crie uma cultura nas pessoas de se observar Plano Diretor – não é ruim! O Plano Diretor não é bom, ele é mutável, como disse o meu amigo aqui que não, o plano não poderia ser fechado. Só que ele não é fechado, nunca foi e nunca será, porque uma lei abre qualquer coisa. Uma lei da Câmara. O Plano Diretor nada mais é de que uma lei passada pela Câmara Municipal, então, ele não é fechado mesmo, mas trabalhar a questão do sistema de planejamento, o sistema requer revisão sempre renovada, sempre a cada momento em que se sente um problema que já está incomodando, isso aí já se começa a fazer uma revisão pontual, não precisa ser de todo o conjunto, mas de se fazer alguma coisa, uma discussão em que se possa melhorar aquele problema que apareceu na cidade, ou na região.

Então, eu espero que eu tenha colaborado, com essa minha angústia, é que já estou há muitos anos nesta luta, mas que eu acredito no processo. Às vezes, falando aqui, eu tenho vontade de ir para casa para pintar rodapé, para ter a sensação de que eu estou fazendo alguma coisa concreta, para ver e “Aí, pintei aquele rodapé”, parar de fazer papel. Porque quem trabalha com planejamento vivencia dez anos, vivencia 20 anos, e o outro governo vem e rasga tudo! E é um horror!

Eu acho que está crescendo, eu acredito que nós estamos criando novos interlocutores, novos parceiros. Com a tal da participação, tenho que render homenagens ao Ministério das Cidades, com essa discussão da Conferência das Cidades, aparecem absurdos, mas aparecem coisas maravilhosas também.

Uma cultura que já tinha sido banida deste país – e eu acho que nós vamos ter que continuar, apesar de ser muito chato passar 17 horas num estádio discutindo, como nós passamos na Conferência das Cidades no Estado do Rio de Janeiro – é a de discutir os problemas, mas é essa a parte que nos cabe nesse latifúndio. Acho que a gente deve criar, apontar para a questão dos consórcios.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Secretário.

Passo a palavra, agora, ao Fábio Bruno de Oliveira, Subsecretário Municipal de Urbanismo de Mesquita.

O SR. FÁBIO BRUNO DE OLIVEIRA – Bom-dia a todos, bom-dia à Mesa. Parabenizo a iniciativa de discutir um pouco as cidades, principalmente a região metropolitana. Não estamos aqui hoje somente para falar do Plano Diretor do Rio de Janeiro que está sendo revisado. Nós fomos convidados, como região metropolitana, a fazer parte da discussão desse assunto. Peço desculpas, porque não tenho a eloquência do nosso amigo Adyr.

Um assunto que, realmente, não deveria ser fechado, fechado não no sentido de não mudar, mas fechado no sentido de que a cidade, hoje em dia, não é sozinha. A cidade faz parte de uma rede de cidades. Mesquita, por exemplo, o município que eu estou representando hoje, tem limite com o Rio de Janeiro, tem limite com Nova Iguaçu, tem limite com Belford Roxo, com Nilópolis, com São João de Meriti. E esses limites não podem ser esquecidos, não podem ser deixados de lado. Esse crescimento deve ser discutido em conjunto com a cidade vizinha, independente do partido governante ser diferente, independente das idéias serem diferentes. E o problema da saúde na região metropolitana foi um bom exemplo. Os moradores de Mesquita vêm até o Rio de Janeiro para serem atendidos por não disporem de uma rede de saúde qualificada. E essa discussão tem que ser aberta. Além da saúde, o que mais a gente faz como troca? De que maneira há conurbação entre nossas cidades? De que outra maneira nossas cidades interagem? É somente pela questão da saúde? É somente pela questão do transporte? Será que esse crescimento desordenado, será que o zoneamento estudado qualificadamente não é uma maneira de amarrarmos as diversidades? São universos diferentes. Caxias, mesmo fazendo parte da Baixada Fluminense, é de se notar que tem uma especificidade diferente, por exemplo, de Nova Iguaçu, de Mesquita e de Nilópolis. É como se fosse Baixada Fluminense parte 2, setor A. O Rio de Janeiro tem particularidades que podem tanto ter características da Baixada, como você vê ali em Pavuna, Anchieta, como característica totalmente diferenciadas. Então, é louvável, só para reforçar, temos a oportunidade de estarmos aqui hoje, pensando como região metropolitana, pensando como Grande Rio, pensando como redes de cidades.

Vou falar um pouquinho de Mesquita rapidamente. É uma cidade nova, que foi emancipada recentemente. Mais um bebezinho que saiu da grande maternidade que é Nova Iguaçu. Parece que a vocação de Nova Iguaçu é criar cidades. A pergunta que fazemos é: qual é nossa vocação? Já passamos por uma gestão não foi muito feliz. Estamos iniciando agora uma gestão nova. Um político de maneiras diferentes chamou técnicos para ocupar os cargos, pelo menos boa parte.

Eu sou arquiteto-urbanista formado pela UFRJ, com pós-graduação em projetos urbanos. Tivemos a oportunidade de montar uma equipe com outros arquitetos, outros urbanistas. Está presente hoje aqui o meu supervisor de edificações, o arquiteto Edson; o supervisor de ordenação urbana está aqui próximo, numa outra discussão sobre a questão do zoneamento, da lei de uso e ocupação do solo. E são coisas que, quando eu estava do lado de lá da mesa, quando eu era profissional da iniciativa privada, eu podia até achar que era perda de tempo: “Discute-se, discute-se, parece que marca-se reunião para a gente ver que dia vai ser a reunião. E três reuniões depois você ainda não chegou no objetivo, ainda não seguiu a pauta.” Mas eu acho que está havendo esse movimento, sim, de pensar a cidade, de discutir a cidade e repetir a pergunta: É possível planejar a cidade? Será que é possível, será que não é um sonho, será que você consegue colocar os pés no chão? Eu já desisti. Nós, lá na Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Mesquita, já desistimos de correr em busca do Santo Graal, da pedra filosofal. O Plano Diretor não vai ser a nossa salvação. Mas, ao contrário de virar as costas para ele, a gente tem que ter a consciência de que ele é um importante instrumento para nortear as nossas ações, ver como queremos que a nossa cidade cresça.

Mesquita não tem um Plano Diretor e a gente está em estudos de um Plano Diretor. Já discutimos com a FASE, com o Ippur, com o IBAM, já conversamos com o Vicente Loureiro, o antigo Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente de Nova Iguaçu, com o Arquiteto Demetre Anastassackis, e eu estou vendo aí representantes do IAB.

Estamos tentando criar uma política de crescimento, de desenvolvimento. Eu não vou usar a palavra sustentável, que muita gente usa, desenvolvimento sustentável.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Use, por favor.

O SR. FÁBIO BRUNO DE OLIVEIRA – Então, ótimo. Vou falar desse desenvolvimento sustentável da cidade de Mesquita como um todo. Não entender a cidade em partes, mas entender a cidade como um todo. Essas ajudas diversas que estão surgindo lá são louváveis, são bem aceitas e são importantes.

Não tenho medo de dizer quando não sei alguma coisa. Eu admito. A gente está começando. É uma cidade nova com problemas velhos. Uma cidade pequena, mas que tem a tendência de ser grande. Já temos 180 mil habitantes. Temos 41 km² de cidade, sendo que desses, 34% são de área urbana e os outros 66% estão em área verde, área acima da cota 100, área de preservação ambiental.

Nesse primeiro momento em que quisemos pensar em Plano Diretor, a gente teve que parar e fazer a pergunta: o que é Mesquita? O que é a nossa cidade? Temos que olhar para o nosso umbigo e aí, como dizia Nietzsche, quando você olha para o abismo, o abismo olha para você. Nós começamos a descobrir que não era só ter vontade, tínhamos que gerenciar conflitos. Não era mais eu, como arquiteto da iniciativa privada, querer trazer determinada empresa para determinada região do município, mas como gerente político, como eles chamam lá, eu tenho que ver qual é o impacto que essa empresa vai oferecer para aquela região. Um exemplo bem pautável é o da Secretaria de Esportes, que quis trazer a Vila Olímpica. Ótimo, Vila Olímpica! Esporte, educação, socialização! Mas o terreno que foi escolhido para a Vila Olímpica (isso porque a gente não tem ainda Plano Diretor) é um terreno próximo à Vila Olímpica de Nilópolis. Do bairro escolhido, as pessoas caminhavam, a pé, para a Vila Olímpica de Nilópolis. Aí, veio a questão do ego: “Ah, nós temos que ter a nossa Vila Olímpica. E os nossos moradores não devem ir para a Vila Olímpica de Nilópolis.” Mas não vêem que outros bairros de Mesquita poderiam ser atingidos por essa coisa boa, que é a Vila Olímpica. Por que eu irei botar duas Vilas Olímpicas tão próximas? Por que eu tenho que deixar que o morador de Mesquita somente possa freqüentar a Vila Olímpica da sua cidade, não pode ir para Nilópolis? Qual é o problema? Vou botar essa Vila Olímpica numa região que pessoas não irão ter condições de ir a pé para a Vila Olímpica de Nilópolis ou para a Vila Olímpica de Nova Iguaçu. Vamos parar de pensar a cidade nessa maneira pontual. Vamos abrir, vamos ver como um todo. Aí, é que entram as redes da cidade. Aí é que entra a regionalização. Aí é que entra a conscientização de que nós somos uma região metropolitana. E a conscientização de que o Plano Diretor, apesar de não ser a nossa pedra filosofal, é um instrumento para a gente nortear as ações. Nortear as ações é pensar antes de fazer, porque depois de fazer é pagar multa para a Caixa Econômica, é devolver o dinheiro da contrapartida, que foi gasto. Estamos mexendo agora com o bolso dos outros. Não estou agora mexendo com o meu bolso. E nós pegamos processos parados, lá, dessa maneira. Vamos fazer um portal bonito para Mesquita, que vai custar R\$ 375 mil. Aí, constrói-se uma estrutura de concreto na entrada da cidade, como se isso fosse qualificador de uma cidade, ter um portal ou não. Uma cidade bonita é uma cidade cuidada. Não é uma cidade com portais, com prédios de elefantes brancos espetados no nosso corpo urbano. Se houvesse esse planejamento, se houvesse esse pensar previamente, a cidade que um Plano Diretor nos dá condição de fazer, você veria que determinadas regiões podem ser melhor aproveitadas, sim. Você pode pensar qual é a vocação da cidade e a vocação dos bairros. Mesquita, por fazer parte da

Baixada Fluminense, não tem a cultura do bairro. O Rio de Janeiro tem a cultura do bairro. Eu sou da Urca. Eu sou de Ipanema. Eu sou de determinado bairro. Em Mesquita você tem os bairros como sendo um elemento a mais na conta de luz. E não é isso que a gente quer. Foi feito um pré, um proto-abairramento na gestão passada e que não levava em conta a realidade da população. Você pergunta para o morador: “Aonde você mora?” “Ah, eu moro em Rocha Sobrinho.” Aí, a gente vai olhar no mapa. “Não, você mora em Banco de Areia.” Mas por quê? Porque alguém, um dia, abriu o mapa e disse: “Vamos traçar limites. Vamos criar um bairro.” Pah, criou-se doze bairros, sem perguntar o que é que estava acontecendo. Ah, não! Temos que criar esse bairro aqui porque é um nome que as pessoas usam, é um nome que está lá no visorzinho do ônibus. Não é assim.

O que é que a gente tentou fazer nesses quatro meses de governo, mesmo antes de fechar com quem vai nos auxiliar a fazer esse Plano Diretor? Vamos sentar, vamos abrir o mapa e vamos ver como foi o crescimento de Mesquita. De que maneira se dá? Em 1763, o Engenho de Mutambo, em volta das cachoeiras. Vamos conhecer a nossa cidade primeiro. Vamos voltar e olhar para o nosso umbigo e saber como ela veio crescendo para saber como ela vai poder crescer. É olhar o passado, descobrir que a história é cíclica, e pensar no futuro. Qual é a importância de nós termos ali os índios jacotingas, que deram nome até a um dos bairros de Mesquita? É importante? É só história? Não, isso é importante, sim, para o nosso crescimento urbano, para o nosso crescimento do meio ambiente. É importante a gente ter 66% de área verde? É claro que é importante. Não é mais um discurso vazio. Não é mais ser chamado de “ecochato”. E pensar que planejar não é a garantia de que vamos conseguir realizar o trabalho bem feito. A luta, o desafio, está lançado, de a gente realizar esse trabalho bem feito. Mas como ele disse, há essa “mutabilidade” da cidade. A cidade é dinâmica, ela não pára. Passados dez dias, a nossa prioridade já é outra. A gente fez reuniões, lá, para traçar quais são as prioridades da Semua (Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio-Ambiente). Dez dias depois, você viu que as prioridades estavam mudando de posição. Surgiram produtos com que a gente tinha que lidar, surgiram conflitos entre moradores quando a gente foi fazer as plenárias de bairros e eu acho isso um exemplo muito bom, comparável com o que a gente está fazendo aqui hoje, quando íamos para os bairros e os moradores colocavam os problemas deles. O Prefeito se colocou no centro da mesa e dividiu os Secretários em volta. Agora vocês podem fazer perguntas para os Secretários. Era angustiante não ter nenhuma pergunta da questão urbana, não ter nenhuma pergunta da questão do meio ambiente. As perguntas eram polarizadas

para o Secretário de Saúde, para a Secretária de Educação e para o Secretário de Obras, principalmente para Saúde e Obras, porque a Baixada Fluminense tem um índice baixo de asfalto, de drenagem, de saneamento. Saúde, nós não fazíamos parte ainda do Sistema Único de Saúde. O Secretário está agora tentando nos encaixar, nos manter, para a gente aliviar o Rio de Janeiro. Não só para aliviar o Rio de Janeiro nem só para poder se reeleger, daqui a quatro anos, mas para poder criar uma imagem, uma identidade de Mesquita, para as pessoas poderem dizer assim: eu não estou indo ao Salgado Filho, não estou indo ao Fundão, ou na Posse, ou em Nova Iguaçu, estou indo num Hospital Municipal de Mesquita. Eu pude ser atendido bem nos postos de saúde, nas unidades básicas. Meu filho estuda numa escola de Mesquita. Nós temos somente oito mil crianças nas escolas, da 1ª à 4ª série, que é onde o ensino municipal está atendendo, numa cidade de 180 mil habitantes. Alguma coisa está errada. E está aí a Cemum, podendo também trabalhar dessa maneira, projetando novas escolas, conhecendo terrenos vazios. Mesquita tem vazios urbanos. Esses vazios urbanos correm o risco, sim, de favelizar-se, ou como o Ministério da Cidade gosta de chamar “o crescimento das habitações sub-normais” para usar a terminologia oficial.

Mas não é somente no preconceito urbano, não, é saber que se eu deixar crescer aquela habitação ali irregular ela vai acarretar outros problemas no futuro, porque ela não está respeitando a ventilação, o afastamento, a insolação, ela não está respeitando os nossos índices de crescimento da cidade, ela, depois, vai ser negativamente usada nos indicadores sociais. A gente não vai conseguir tratar o problema depois. Está sendo barato agora permitir esse crescimento desordenado, mas quanto não vai ser caro lá no futuro, fazer uma favela-bairro em Mesquita, ter que demolir casas e ter que pagar para aquelas pessoas para você construir novas casas para elas, passados quatro anos do primeiro governo, nenhum programa habitacional foi criado e, agora, com quatro meses, já estamos em conversações com a Caixa Econômica Federal para um programa do tipo João de Barro, do tipo faça a sua própria casa. Faça a sua própria construção, tenha o apoio da iniciativa privada de alguma forma. A iniciativa privada tem que ser tratada assim como parceira nesse momento, até porque ela tem interesse nisso tudo, tem interesse de montar a sua empresa numa cidade que foi feita de maneira regular, numa cidade que está iluminada, que está asfaltada, que não tem problemas, que você não tenha que orar três vezes quando vir as nuvens negras se aproximando. São essas questões que eu tenho fé, e nós lá na Secretaria temos fé, que o Plano Diretor vai nos ajudar a nortear, a partir do momento que tomarmos consciência de que o Plano Diretor não

é um produto fim: “gastei R\$ 220 mil e está aqui o meu Plano Diretor bonito, com páginas coloridas, fotos do crescimento da cidade, foto do Prefeito na primeira página, ou na página 2, foto do Secretário, assinatura, um discurso bonito...” Não. O Plano Diretor vai estar ali por cinco ou dez anos e quero ter a oportunidade de daqui a oito anos chamar vocês para fazerem parte da nossa mesa na revisão do Plano Diretor e ver que o Plano Diretor, nessa multi-diversidade, vai nos ajudar no sistema viário. A Cidade de Mesquita é uma travessia. Você quer ir de Nilópolis a Nova Iguaçu, passa por Mesquita. O plano vai nos ajudar no sistema de iluminação. Quando nós chegamos lá, a nossa Secretaria cuidava de trocar lâmpadas. Não é isso que a gente quer para um programa de iluminação. Nós não queremos trocar lâmpadas. Nós queremos estudar eficiência energética, queremos economizar, queremos ter iluminação diferente numa praça, iluminação diferente em frente a um hospital, iluminação diferente numa rua de grande trânsito, queremos sinalizar a cidade. As pessoas têm que se conhecer. Eu estudei os afluentes da Amazônia, mas não conhecia o Rio Botas, o Rio Santa Eugênia, o Rio Saracuí. As cidades têm que se conhecer, têm que criar esse amor. Aí você não vai jogar o lixo, você não vai jogar o entulho. Isso quando a gente deu de cara lá o Prefeito me chamou: “estou te chamando como arquiteto, como urbanista”. Fiquei feliz. Eu vou poder fazer tudo aquilo que estudamos lá na UFRJ. Logo depois caíram as cortinas. Não é bem assim. Eu tenho que atender a população que está reclamando ali que a irmã dele invadiu o terreno, eu tenho que tirar o entulho da cidade, eu tenho que tentar explicar a eles o que é coleta seletiva e explicar que coleta seletiva não é uma coisa bonitinha que aparece (falando) no RJ-TV de manhã cedo não. Com a coleta seletiva estaremos economizando. Em vez de pagar R\$ 7 milhões para uma empresa retirar o nosso lixo, vamos pagar R\$ 5 milhões e poderemos gerar renda, empregos.

Você vê lá a Cooperativa dos Catadores com pessoas que não tinham oportunidades e agora têm, pessoas que tinham vergonha de falar. Se não me engano numa novela tinha alguém que era catador e tinha vergonha de falar isso. E por quê? É um emprego, ele está ajudando a cidade, mantendo-a mais limpa, ele está fazendo parte de um movimento de pertença: “Ah, eu sou catador sim, estou gerando renda para o meu município”. Esses conflitos, essas diferenças todas que nos deixam no meio desse fogo cruzado, e por vezes até um fogo amigo, essas características todas a gente tem que enfrentar.

Eu sento lá com os meus arquitetos e digo: “Agora é hora de diversão. Vamos projetar uma praça, uma nova via de acesso a determinado bairro que não tem condições de acessibilidade, de mobilidade”.

E ouvimos: “Não podemos fazer isso agora porque tem uma pilha de processos de postura, de edificações, de licenciamento de edificação”. Pelo amor de Deus, é processo demais. Mas também não podemos dar as costas a isso e talvez o Plano Diretor venha em auxílio nosso para isso tudo, para um novo abairramento, para ter consciência dos nossos sítios históricos, para a gente ler no jornal, pois a gente lê tanto sobre a reforma agrária e na parte agrária vemos que o Brasil está batendo recordes, está ganhando dólares.

Então, vamos partir agora para uma reforma urbana, pois na questão urbana a gente está fazendo feio, está havendo chacinas, despejo de lixo, discussão sobre ocupações irregulares. Vamos, então, pensar em saneamento ambiental, em sonorização, enfim. Por que não um Plano Diretor de sonorização? Pois demos de cara com essa questão lá. Você tem uma rua com bares e você fala assim: “Ah, que bom! Mesquita está tendo então o seu Baixo Gávea, o seu Baixo Iguaçú. Vamos deixar esses bares crescerem e se multiplicarem”. Daí, quando você vê, os moradores estão ligando para a gente e reclamando que aquele bar não deixa eles dormirem, que a rua está suja e você tem que ver a quem atender.

Vamos fazer, então, um estudo dessa sonorização e saber o que está prejudicando a ausculta da cidade, vamos ver o que fazer com os nossos vazios urbanos, vamos levar adiante essa coleta seletiva, de forma que ela não seja mais um plano-piloto, mas um projeto que de repente a gente possa fazer até junto regionalmente nas regiões limítrofes, vamos melhorar o nosso IDH e os nossos indicadores sociais, vamos colocar uma Vila Olímpica numa região que precise mais, vamos fazer com que esta conturbação entre as cidades seja melhor aproveitada, vamos levar adiante esse Plano Diretor e trabalhar com amor porque temos que ter um pouco de carinho em tudo o que fazemos e a cidade não era tratada dessa maneira.

Vamos nos informatizar, vamos fazer o geo-referenciamento, vamos fazer um pacto sócio-político, vamos fazer com que o Plano Diretor, quando for revisado lá na frente, quando as prioridades puderem trocar de lugar, que ele seja visto como uma iniciativa que deu certo e que teve o auxílio do Rio de Janeiro, que numa manhã fria chamou a gente para fazer parte de uma discussão regional.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Subsecretário.

Bem, encerramos agora a nossa primeira parte e quero aqui anunciar a presença da Vereadora Rosa Fernandes, Vice-

Presidente da Comissão Especial, da Pastora Márcia Teixeira e dos Vereadores Edson Santos e Nadinho de Rio das Pedras.

Gostaria de passar a palavra agora à Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, que já pediu para se pronunciar e posteriormente a outros Vereadores que queiram também usar da palavra.

A SRA. VEREADORA ANDREA GOUVÊA VIEIRA – Obrigada.

Primeiramente gostaria de manifestar a minha alegria e confiança em que talvez possamos começar realmente a discutir as nossas cidades a partir do ponto de vista de uma região metropolitana.

A presença dos três representantes de municípios vizinhos ao Rio de Janeiro e a capacidade demonstrada por eles de entendimento dessa questão, mostra que a gente realmente precisa definir um Plano Diretor da Região Metropolitana.

Fica a cada momento mais evidente que problemas de Niterói, de Caxias, de Mesquita, e dos outros municípios que aqui não estão presentes, mas que certamente têm os seus Secretários de Urbanismos e os outros Secretários que dependem também desse entendimento entre os municípios. Fica mais claro para todo mundo que, sem essa conversa, nós não prosseguiremos e não avançaremos na solução dos nossos problemas.

Então, a proposta que eu queria deixar aqui é de que saia dessa reunião algo definido, ou definitivo, para que a gente possa ter uma representação desses municípios na discussão do Plano Diretor da Cidade do Rio e vice-versa. Eu sei que é muito difícil, porque a gente mal consegue discutir o Plano Diretor da Cidade do Rio, que já é de uma complexidade imensa. Estaremos trazendo mais complexidade para essa discussão, mas eu acho que precisa de ser trazida sim, pode demorar mais, pode ser mais difícil, mas talvez seja mais duradoura e mais real as soluções que saiam de uma discussão de um Plano Diretor da região metropolitana.

A questão que colocada pelo Secretário, acho que de Niterói, sobre a falta de uma emissora de TV da região, é realmente algo que deve incomodar muito a região metropolitana, mas eu acho que a gente pode, na questão por exemplo do Plano Diretor vista a partir de um ponto de vista da região metropolitana, a gente poderia tentar paralelamente, ou junto dessa nossa atividade aqui do Plano Diretor da cidade, conseguir junto às emissoras do Rio – a gente fala muito nesse caso em organizações Globo, que é a que mais comparece na televisão, na casa das pessoas - que ela venha conosco nessa discussão do Plano Diretor da região metropolitana e a gente consiga envolvê-la de alguma maneira ou com aqueles “plim-plin’s”, ou com aquelas campanhas de mobilização que eles costumam fazer, integrando a população desses municípios vizinhos ao Rio à discussão do Plano Diretor

da região metropolitana. Eu acho que isso realmente é importante para que essa participação chegue a todas as camadas da população de todos esses municípios.

Então, são algumas idéias que eu gostaria de deixar aqui. Acho, estou realmente impressionada com a capacidade, parece uma coisa até bem provinciana, mas o nosso Secretário de Mesquita, eu espero que ninguém te tire de lá, que você fique lá, você mostrou uma articulação maravilhosa de colocar a questão de Mesquita. Mesquita deve ter muito orgulho de ter você lá como Secretário de Urbanismo, e gostaria realmente de ter sempre a presença nas nossas discussões de representantes dessa região metropolitana.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Bom, estamos esperando aqui as inscrições para comentários e para observações. Eu gostaria de saber se algum outro Vereador deseja fazer uso da palavra, aqui os presentes? Em todo o caso, já sinalizamos, concordando totalmente com a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, que essa reunião tem um enorme significado simbólico, porque estamos ganhando intimidade com os nossos problemas comuns e isso é muito importante.

O SR. ADYR MOTTA FILHO – Alô, alô, eu pedi para fazer uma observação, que é uma correção aqui, que ainda falei sobre que nós Vereadores, nós políticos éramos muito medíocres, e eu não completei, depois eu observei que eu não completei. Porque, na verdade, a mediocridade se dá é que nossas questões político partidárias nos impedem de avançar regionalmente. Aí, nós travamos em situações que, às vezes, resolvem problemas de dois, três municípios por conta de que o partido de cá não é alinhado de lá – “Ah... ele está na oposição!” E não se consegue avançar nisso. E a sazonalidade de quatro anos. Fica-se com aquela coisa do período de tempo que se está ali para resolver as coisas para se projetar. E, às vezes, esquece que a premissa fundamental é básica é que você está ali para projetar, mas para trabalhar *ad aeternum*; para melhorar a questão do povo e não para melhorar a questão do seu mandato, na sua época em que está vigendo o seu mandato.

Era só essa correção, porque ficou meio solto no ar, só chamando de medíocre. Mas é para a gente avançar nessa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada pelos esclarecimentos.

Nós entendemos as suas intenções, mas é sempre bom esclarecer que nós estamos procurando um caminho novo para a política, de maior cooperação.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Cláudio Maciel, Secretário-Geral da Famerj.

O SR. CLÁUDIO MACIEL – O tempo é exíguo. Já que não dá para falar de tudo, eu vou falar de resíduos de solo, rapidinho.

Eu fui fundador do Partido Verde; é meu partido de coração... Eu queria mandar um abraço para o Vereador Nadinho de Rio das Pedras, o guerreiro de Jacarepaguá, minha região. Grande abraço, Vereador Nadinho de Rio das Pedras.

Eu fiquei muito abismado, porque uma propaganda de televisão do Partido Verde, ela estava enaltecendo a questão da Usina de Lixo de Santa Cruz, de Inhoaíba, vamos dizer assim. O que me espantou muito é que nós já temos... A Vereadora Aspásia Camargo colocava o diferencial de uma usina de lixo para uma usina de reciclagem, bem tratada, de primeiro mundo. Mas o referencial que a gente tem, Vereadora – eu sou de Jacarepaguá, com muita honra -, é a Usina de Lixo de Vargem Pequena. Lá ocorre esse mesmo modelo que vocês estão querendo implementar – desculpe-me, mais eu estou considerando-a como base de apoio para a Prefeitura -, e esse resíduo é um fracasso de modelo. Por quê? Pessoas de classe média da Zona Sul se deslocaram para Vargem Pequena querendo qualidade de vida; as pessoas que lá moravam, também, elas viviam, elas tinham uma qualidade de vida muito alta. E aquela usina, que é uma usina de reciclagem, como essa que a nobre Vereadora vem defendendo, ela causou mosquitos, um cheiro insuportável no lugar e o solo está ultra-afetado. E ela é muito mal monitorada. Eu, por exemplo, estive lá há cinco anos e observei – não estou querendo colocar que atualmente seja... pode ser que tenha melhorado -, mas o meu testemunho pessoal é de que lá estava se processando pilha. Houve um companheiro que foi lá pegar um caminhão, doado pela Prefeitura, de resíduos como – está me fugindo o termo agora – para beneficiar o solo. Mas nesse processamento a pilha veio junto. Quer dizer, ela não está beneficiando o solo; ela está contaminando o solo.

Então, eu queria ouvir da nobre Vereadora, que está representando o partido que defende a causa ambiental, que está defendendo esse novo modelo de usina de lixo; eu não estou me colocando, nobre Vereadora, contra a usina de lixo; o lixo tem que ter um destino. Não tem jeito. E usina de lixo é feira ninguém quer. Nenhum morador, salvo a Feira da Glória, eu não tenho outro conhecimento, é muito difícil ver uma feira que o morador da rua queira que ela aconteça. Quer dizer, é um mal

necessário, mas tem que ser resolvido. Mas não dessa forma, Vereadora.

Eu queria agradecer pela oportunidade de usar a palavra.

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Caro Cláudio, jamais defendi usina de lixo, nesse momento. Ao contrário, usina de lixo sempre tem sido um grande fracasso em nossa cidade. São em geral, obras eleitoreiras que desmontam no dia seguinte da sua finalização, e na verdade, nunca entram em funcionamento. Nós estamos defendendo aqui, aterros sanitários nos modelos dos países de primeiro mundo. Isto é, Estados Unidos, Inglaterra, etc, e não as usinas de lixo, mas estou à disposição para nós aprofundarmos essa questão que acho muito importante para a nossa cidade.

Obrigada pelas suas manifestações e passo a palavra à Letícia Hazan, do gabinete do Vereador Rubens Andrade.

A SRA. LETÍCIA HAZAN – Achei interessante o que a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira falou sobre as regiões metropolitanas. Eu acho, por exemplo, que o Estatuto da Cidade não enfatizou como deveria ter enfatizado às questões metropolitanas. Então, cabe a nós do Rio de Janeiro que sentimos uma grande falta de resolvermos os problemas e questões que incidem e atingem a nossa cidade com a região metropolitana. Fiquei muito contente, eu não poderia vir a essa reunião porque tenho outra reunião no Conselho da Ceaerj, mas vim por se tratar das regiões metropolitanas.

Quero lembrar que no Estatuto da Cidade, no cap. Do Plano Diretor, no art. 45 que diz: “Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, incluirão obrigatória e significativa, participações da população e de associações representativas de vários seguimentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades em pleno exercício da cidadania”.

Eu queria saber quais são os gestores das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas? A gente encontra nas legislações, essa é uma legislação federal porque há muitas cidades que têm essa preocupação com um gestor. Acho que nessa reunião que estamos fazendo aqui, deveríamos discutir isso. Gestores das regiões metropolitanas, incluir obrigatoriamente a participação.

A questão da participação nós ainda não definimos direito como vai ser essa participação, como vamos captar todo esse trabalho que a Raquel Rolnik pediu, que a gente vá a todos os lugares. Como eu disse: nós fazemos reuniões em horário de trabalho das pessoas, porque a classe média, eu que trabalhei

muitos anos na Prefeitura, a gente sabe, a classe bem rica, poderosa, eles têm uns bons advogados para resolver essas questões. A classe média se reúne, eu moro em bairro de classe média, na Lagoa; então, qualquer coisa que acontece a gente corre lá, e as pessoas que moram em lugares que estão atingidos por enchentes, por bandidagem, por esse problema seriíssimo de falta de transporte. O Plano Diretor antigo dizia que tinha que ter um Plano Diretor de circulação e de transporte. O Secretário de Transportes faz o que quer e nós não sabemos porque acontecem essas coisas e os gestores, e a massa de pessoas que vem trabalhar no Rio, que vem de longe e que fica duas horas nas conduções. Então, eu não sei quem são os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, mas gostaria que a gente pudesse definir o que são aglomerações urbanas no sentido de se fazer um trabalho efetivo, pelo menos, que aconteça alguma coisa.

Outra coisa que depois de assistir tudo isso, acho que a gente tem que voltar a pensar em planos estratégicos. Plano estratégico foi mal elaborado aqui no Rio de Janeiro, porque começou a abranger muita coisa. Plano Estratégico é o que a gente pode fazer sem atrapalhar um Plano Diretor. Por exemplo, Plano de Circulação Viária, de quem circula na cidade todo o dia. Os ônibus, e no Plano Diretor a gente vai planejar os transportes de massa, o trem-bala, não sei mais o que, quer dizer, alguns sistemas de transportes porque nós estamos, a nossa cidade, em termos de qualidade de vida, é uma das piores, e cada dia piora mais.

Então, eu achava que esse Artigo 45: “Quais são os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas”... Então, eu acho que a gente tem que começar a ficar bem objetivo: “Vamos discutir isso, o que é isso, tal, tal”. É minha impressão de que está faltando nas nossa discussões objetividade.

Desculpe, mas eu penso que a gente tem que se preocupar mesmo ao “pé da letra”.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Letícia, por suas observações muito procedentes.

Convido a Cristina Borges a se manifestar.

A SRA. CRISTINA BORGES – Bom dia. Eu faço parte de uma ONG, a Comarapendi, que há cerca de 18 anos discute a questão dos resíduos e as políticas públicas para o nosso Estado e para o Brasil de maneira geral.

É com essa preocupação e aproveitando a presença dos Secretários de Urbanismo de Mesquita, de Niterói, de Caxias e aqui do Rio, eu lanço uma pergunta a respeito dessa discussão do Centro de Tratamento de Resíduos de Paciência. A

concepção desse CTR é anacrônica do ponto de vista se pensarmos na região metropolitana, que ela é por demais centralizadora. Ela converge para um ponto só, caminhões de cerca de 30 toneladas, que já foram abolidos pela própria empresa que faz a coleta dos resíduos no Rio de Janeiro; ela fica numa área cuja destinação prevista no zoneamento não é própria para esse empreendimento, visto que tem 12 nascentes, fica perto de uma área de preservação ambiental e muito próximo da população.

Tendo em conta que os demais municípios, como Niterói, Caxias, no qual eu venho trabalhando desde 1998, ligada não só ao jardim Gramacho, que era um bairro de lazer e que foi destruído a partir da década de 70, pela implantação do Lixão de Gramacho, mas também como professora da Universidade do Grande Rio, tenho a satisfação de poder discutir *in loco*, com as pessoas que moram tanto em Jardim Gramacho como nos municípios da Baixada, os seus problemas, e Niterói também, porque venho trabalhando há muitos anos nessa área.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, visto que o Secretário de Urbanismo, tanto de Mesquita – infelizmente, o de Caxias eu não pude ouvir – quanto de Niterói, abordaram essa questão de pensarmos o Rio de uma forma macro; e pensarmos o Rio de uma forma descentralizada.

Propomos que a discussão do Centro de Tratamento de resíduos seja pensada de forma descentralizada. No Estudo de Impacto Ambiental, fala-se em estações de transbordo. Eu gostaria de refrescar a memória das pessoas que estão aqui e lembrar que estações de transbordo são locais em que lixo fica até por 48 horas, causando todos esses problemas que a pessoa que me antecedeu falou. Então, são todas essas questões que eu estou colocando aqui, principalmente dessa questão do zoneamento daquela região, não terem sido apreciadas, terem sido pós-projeto. Então, o fato, a lei, sucedeu o fato.

Eu acho que a gente devia aproveitar e discutir, já que estamos aqui a Baixada, e a Baixada Fluminense e a Baixada litorânea, presentes para enfrentarmos essa questão conjuntamente e pensarmos no destino dos resíduos do Rio de Janeiro enquanto cidade, mas também como pólo, não só irradiador como receptor, como cidade que atrai pessoas que precisam trabalhar aqui, mas de resíduos da Baixada como um todo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – O próximo orador inscrito é o Sr. Maurício Barreira, do Gabinete da Vereadora Aspásia Camargo.

O SR. MAURÍCIO BARREIRA – Boa-tarde a todos.

Eu queria fazer um rápido comentário sobre as exposições, sobre a questão da Região Metropolitana.

Eu acho, como se falou aqui, que é um desafio grande fazer Plano Diretor de uma cidade como o Rio de Janeiro, uma cidade de grande porte como são as da Baixada também. Certamente da Região Metropolitana é um desafio ainda maior.

Primeiro, eu acho importante que tenhamos a dimensão porque às vezes se fala de Região Metropolitana com sentidos equívocos, quer dizer, existe uma questão territorial; região metropolitana no sentido territorial apenas, enxergamos aquelas cidades que na verdade formam uma cidade só, olhamos e vemos uma cidade só: são diversos municípios, mas uma só cidade. E Região Metropolitana, na forma que a Constituição prevê, na verdade é uma forma institucional de tratamento de interesses comuns, de serviços comuns. Essa, até hoje, nós temos dificuldade de implementação, porque não há ainda um consenso político necessário a ela, já que seria uma lei estadual, gestão estadual que cria uma certa ascendência sobre os municípios, eles não aceitam essa ascendência, naturalmente eles querem gerir seus interesses e, na verdade, essa questão metropolitana tem caminhado mais por um consórcio intermunicipal que afirma a autonomia dos municípios, do que propriamente pela solução que a Constituição deu da Região Metropolitana como instituição.

De qualquer forma, o que importa é que seja, por uma solução ou por outra, consórcio ou região metropolitana, há necessidade de um trabalho conjunto e isso passa por discussões, como o Secretário de Niterói falou, até no âmbito de advogados, urbanistas e arquitetos que muitas vezes têm esse embate histórico na área urbana. Há os advogados, porque eu sou advogado e é aquele que emperra, que diz o não. O urbanista sempre com o planejamento e o advogado que diz o não, que a Constituição não permite... Eu acho que já passamos um pouquinho dessa fase. O Estatuto da Cidade deu aos municípios os instrumentos que os advogados reclamavam, com razão, mas esse é apenas um dos desafios, o desafio maior é essa questão de acertar agendas.

Eu queria deixar aqui o início de uma proposta para que haja um esforço a partir de agora já que começamos a discutir, com alguns municípios, uma tentativa de agenda comum para finalização dos seus próprios planos diretores, para que possamos posteriormente, pensar nessa concepção de um plano diretor metropolitano mesmo, de plano diretor regional. Certamente o plano diretor regional não pode atropelar, não pode substituir o plano diretor municipal, então, um tem que ser decorrência do outro. É importante que haja um acerto de agenda, um compromisso não só cronológico, apesar disso ser importante também, porque cada um está num momento de

discussão para que se consiga um acerto. Eu acho que ninguém está muito à frente nesse campo, mas é importante haver o acerto cronológico e o acerto de conteúdo. Cada plano diretor deve estabelecer a gestão metropolitana como prioritária, como princípio prioritário da sua gestão.

Então, a partir dessas questões que são formais no primeiro momento, eu ponho no Plano Diretor uma diretriz, um princípio básico da gestão metropolitana, para que possamos passar imediatamente para a tentativa de um plano diretor integrado, porque, certamente, se formamos, uma cidade só, incluindo a Baixada e Niterói, com certeza, nós temos assuntos como Transporte, Saúde, Saneamento Ambiental, que são comuns. Então, não podemos fugir dessa discussão.

Queria aproveitar, porque mesmo sendo aqui uma Casa Política, e os Secretários sendo também agentes políticos, mas com formação técnica, propiciem esse contato, fugindo das dificuldades dos contatos políticos que as diversas oposições partidárias têm impedido aqui, em especial no Estado do Rio, de tratar de uma agenda comum.

Então, ou se assume essa questão de uma agenda comum, ou vamos ficar atrás de outros locais com tantos problemas quantos os nossos, mas que têm avançado. Em Minas, Belo Horizonte já avançou; o Estado de São Paulo já avançou reconhecendo as diversas regiões metropolitanas, e nós continuamos no mesmo estágio de muitos anos atrás.

Então, na verdade, é uma opção política, mas também um acerto de compromisso mínimo das áreas técnicas, da Secretaria de Urbanismo do Município para o enfrentamento dessa agenda comum. É só uma sugestão.

Acho que estamos aqui para isso mesmo: para darmos continuidade do assento em outras conversas. É interessante, porque a Câmara Municipal está tomando a frente de um processo, que não é muito típico e nem muito natural pois o Executivo é o titular da condução do Plano Diretor, mas é importante que a Câmara esteja fazendo, porque, de certa forma, pode diluir um pouquinho o problema político. A Câmara, em sua diversidade, pode enfrentar essa questão da dificuldade de contato político entre os diversos municípios.

Era isso o que eu gostaria de observar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Cristina Reis, por favor.

A SRA. CRISTINA REIS – Boa-tarde a todos. Desculpem-me pelo atraso. Na verdade, sou Presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Copacabana, que abrange um pedaço do bairro.

Eu acho de grande importância, e eu não sei se foi discutido aqui – vim, pela primeira vez, na apresentação; e agora hoje estou aqui presente – a questão da Guarda Municipal. Até hoje não consigo entender qual o papel da Guarda Municipal: se é um agente inibidor, repressor, ou, simplesmente pelo modelo que foi criado, é um defensor do Patrimônio Público.

Acho que é legal discutir isso dentro da questão do Plano Diretor, porque está se abrindo um precedente muito perigoso. Hoje, pelo que tenho assistido, ele está tomando o papel do agente extremamente repressor. Estão colocando cães que sabemos ser de alta periculosidade. Então, se as pessoas não souberem dominar a arte de lidar com aquele animal, vai ser, como já está acontecendo, um desastre total. Eu acho que a questão da Guarda Municipal tem que ser discutida.

Eu gostaria, também, de colocar um outro ponto: a questão das áreas balneárias e turísticas. Que se faça um trabalho de grande relevância para os turistas, não só para o turista nacional, para o próprio turista regional e para o turista estrangeiro, porque não existe nada, principalmente na área do bairro que represento – e não só esse bairro – que faça com esse turista seja bem recebido; não só em nível de informações como em nível de funcionalidade do que o turista precisa naquele momento. Então, gostaria de colocar esses pontos, e que a Comissão estudasse com muito carinho essa questão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Cristina.

Vou chamar agora, Marcos Azeredo, da SARJ.

O SR. MARCOS AZEREDO – Bom-dia a todos. Eu queria fazer três comentários bem rápidos. Hoje é o terceiro evento do Seminário promovido pela Comissão Especial, e acho que este seminário está confirmando o acerto dessa iniciativa. Acho que as questões colocadas aqui, os depoimentos dos três Secretários são questões riquíssimas, são temas que têm que ser levados em conta nessa discussão do Plano Diretor do Rio de Janeiro. Eu estou sempre enfatizando isso, mas é uma coisa que acho que pode ser percebida por todo mundo que têm acompanhado este Seminário – a importância dessa iniciativa.

Também quero lamentar a ausência do Secretário de Urbanismo, que acho muito ruim. Na verdade, ela contribui negativamente para o nosso debate aqui, hoje. Imagino que o Secretário tenha tido impedimentos que são naturais, mas, na verdade, a Prefeitura do Rio de Janeiro conta com um quadro técnico de altíssima qualidade e, com toda certeza, nós poderíamos ter uma representação, hoje, aqui, nessa Mesa. Acho que isso contribuiria para esse debate e, principalmente, acho

que tinha sentido a gente ter essa interação, essa troca de opiniões, de intersecções entre os municípios. De alguma maneira, acho que a gente perdeu essa possibilidade, aqui, hoje. Acho que eu tenho que fazer esse registro e esperar, obviamente, que tenhamos outras oportunidades de ter o Secretário de Urbanismo e outros Secretários aqui, entre a gente. Mas, de qualquer maneira, acho que isso não resolve o nosso problema, o que está acontecendo, aqui, hoje.

Eu queria, com relação à questão metropolitana, até pegar a preocupação que a Vereadora Andrea Gouvêa levantou, e, depois, o Maurício. Nós temos um problema na discussão desse tema, e que foi pontuado pelos palestrantes. De fato, nós temos um reconhecimento objetivo de que há um problema que não temos como tratar, o problema das cidades nas regiões metropolitanas, nos aglomerados urbanos, de forma isolada. Isso é um reconhecimento, não há como definir políticas estratégicas para cada município sem pensar no outro, nessa inter-relação. O exemplo do Adyr deu idéia de rodas comunicantes: ele deu o exemplo da Linha Amarela para Niterói e o da política com relação aos camelôs. Como isso reflete. Então, isso é inevitável, não é? Você tem um limite formal do Município, institucional, mas, na verdade, a cidade é uma só: de um lado é Nilópolis e do outro lado é Mesquita, e aí? Mas eu tenho uma definição, uma estratégia para cá e outro para lá. O exemplo que o Fábio deu, do Centro, eu acho fantástica; essas coisas são importantes e mostram a concretude disso. Nós não estamos falando de abstrações, que alguém achou isso interessante, mas não temos como fugir e, por isso, acho que é uma coisa importante.

Por outro lado, nós temos um vazio institucional de fato porque você tem um modelo anterior que era o modelo autoritário, apesar da experiência que o Adyr falou do Rio, da Fundren, nós tínhamos uma mudança da Constituição, do reconhecimento do município como um ente federativo. Hoje, os municípios são muito ciosos da sua autonomia, mas, ao mesmo tempo, acho que está havendo reconhecimento que para essa autonomia, tem que haver algum nível de cooperação, pois não dá para trabalharmos de forma isolada. Uma saída institucional que já foi apontada aqui seria o modelo como um consórcio que é muito mais flexível. Talvez, não tenha mais lugar, hoje, no país, para um modelo rígido como era o anterior de regiões metropolitanas, porque, inclusive, do ponto de vista do formato institucional mais geral você tem problema, porque a região metropolitana não é reconhecida como um ente federativo, não tem uma institucionalidade própria da região metropolitana.

E mais, falando de propostas, eu acho que nós temos um problema concreto, agora, aqui, para esse tema nosso, que é o fato de termos um prazo para os Planos Diretores e eles estão acontecendo. Nós estamos, aqui, desenvolvendo a discussão para

o Rio, Mesquita está fazendo, Niterói vai fazer a revisão, Caxias está fazendo e isso está acontecendo nas demais e nós precisaríamos avançar para essa articulação, para construir essa agenda comum, que foi o termo usado pelo Maurício, e que teríamos que pensar melhor como se faz isso, porque esse não é um problema para o ano que vem. Sabemos também que essa articulação, institucional que queremos fazer, ela não vai acontecer de uma hora para outra, por mais que tenhamos boa vontade, nós e os Secretários presentes, sabemos que há uma dificuldade para isso.

Como sugestão, acho que poderíamos aproveitar, nós estamos num processo de conferência das Cidades, temos um calendário até julho, até o final de julho, quando as Conferências Municipais e Regionais irão acontecer... Eu imagino que esse ano tenhamos, como se teve, em 2003 a Conferência do Leste Metropolitano e a Conferência da Baixada, teremos a nossa Conferência Municipal, e eu acho que essa questão de definirmos diretrizes para os Planos Diretores, pensando na região Metropolitana, isso deveria ser uma pauta nossa, nas nossas conferências, mas já encaminhando para algum momento posterior, onde se pudesse consolidar essa discussão. Eu acho que poderíamos aproveitar esse espaço da Conferência das Cidades... A Andrea deu a proposta assim. Temos representante dos outros Municípios do Rio de Janeiro e vice-versa, obviamente, isso é positivo; mas com toda a certeza, isso não dá conta de qual é a necessidade e a complexidade da discussão que está em jogo.

Então, vamos ter que pensar melhor sobre esse formato. Mas, eu queria deixar aqui já colocado, e isso para nós todos, porque nós todos estamos envolvidos num processo de conferência, de como é que nós podemos pautar essa questão durante as Conferências. Isso é um ponto específico nosso. Porque, na verdade, se nós viermos a fazer um Plano Diretor metropolitano, não será feito num curto prazo, não nesse prazo que nós precisaríamos; mas, que nós consolidássemos um documento comum, a partir desse processo de discussão, que pudesse orientar cada Plano Diretor. Isso, sim, seria um avanço, a partir da discussão feita aqui.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Marcos.

Eu quero só esclarecer, o Secretário de Urbanismo em nenhum momento confirmou a sua presença porque foi convocado em cima da hora. E nossa Comissão está tendo alguns problemas quanto ao prazo de convocação. Certamente, lamentamos a ausência dele, mas ele já tinha um compromisso com um Conselho do Instituto Pereira Passos ao qual não podia faltar.

Então, vamos aguardar, pois essa será, apenas, a primeira reunião na direção de um Plano Diretor metropolitano. Eu acho que já ficou quase consensuado, aqui, esse compromisso da Mesa.

Eu passo a palavra, agora, a Maurício Braga, do Movimento Neopopular.

O SR. MAURÍCIO BRAGA – Bom-dia às companheiras, bom-dia aos companheiros, bom-dia aos Vereadores.

Antes de começar a falar um pouco do que nos propomos, eu queria, de antemão, pedir desculpas, como morador deste Município, aos representantes dos outros Municípios pela ausência do Secretário de Urbanismo aqui da nossa cidade. E que, de uma certa forma, sinto-me envergonhado com a ausência do Secretário; é como se eu convidasse alguém para a minha casa e a visita chegasse e eu saísse.

Então, sinto-me envergonhado por esse fato. Porém, falando propriamente do desafio de encontrar e construir mecanismos, diretrizes para a administração dos nossos centros urbanos, enfim, da Cidade do Rio de Janeiro e das outras cidades circunvizinhas, pensamos que é fundamental que se tenha a preocupação, que se tenha como meta política a participação social na administração das cidades. Entendemos que, sem o controle social, é inviável a administração de uma cidade dos centros urbanos, com tantas divergências e conflitos de interesses. E já conhecemos um pouco a forma política de se administrar nosso município, uma forma onipotente e onipresente, sem ouvir as massas, principalmente aquelas massas excluídas. Esses agentes, na verdade, negam seu papel mediador de promoção daqueles segmentos que não têm condições de fazer valer seu direito à vida. E a ausência do Estado, aqui representado pelo município, deixa essas massas excluídas totalmente indefesas, porque acaba prevalecendo o interesse econômico sobre o direito à vida e à dignidade dessa quantidade enorme de moradores das nossas cidades.

É interessante analisarmos o porquê do vazio desta Casa. Estamos discutindo aqui a vida de milhares de pessoas deste estado, moradores de todos os municípios, especialmente do Rio de Janeiro. E por que este vazio? Poderíamos fazer uma ligação com a ausência das lideranças que lutam 24 horas pela sobrevivência dessas massas e com a ausência do Secretário. É óbvio que há pessoas que não querem essa discussão, que não querem a participação da população, que não querem aprofundar as principais e fundamentais razões que levam a tamanha injustiça na produção das cidades. Estávamos sentados ali ainda há pouco; chegou um companheiro de Campo Grande, que veio aqui por acaso e nos perguntou: “O que está acontecendo aqui? O que se discute nesta reunião?” Ora, o que está acontecendo? A

liderança de uma região, de um bairro, de uma associação de moradores com papel importante não sabe o que está acontecendo. A gente precisa pensar nisso, sob a ótica de que as vozes, as falas, as experiências dessas pessoas são importantes na construção e na produção de soluções para as nossas cidades.

Para concluir, eu queria resgatar um pouco uma administração que nos marcou muito no Município do Rio de Janeiro, que foi a administração Saturnino Braga. Apesar de não termos avançado concretamente em toda aquela reivindicação, que vinha das bases, das comunidades, dos bairros, das lideranças, havia uma discussão transparente da problemática dos conflitos das cidades, os chamados Conselhos Comunitários. A gente conversava e criticava muito por falta de avanço nas propostas, enfim. Porém, comparando à situação que a gente vive hoje, como foi dito pelo Olívio, a gente conclui que era feliz e não sabia. Pelo menos, a gente discutia, havia uma fermentação política dos representantes públicos, da sociedade, em busca da solução para toda esta problemática.

Então, para encerrar, nós, da Baixada de Jacarepaguá, talvez, pudéssemos dizer que seria difícil para o Secretário de Urbanismo explicar, por exemplo, a pressão, o terrorismo psicológico que está sendo feito por parte da Subprefeitura em nome da Secretaria de Urbanismo para retirar a comunidade de Vila Recreio 2, no Recreio dos Bandeirantes. Então, talvez isso explique um pouco a sua ausência, em contradição com o papel do Estado, com a ação que deveria ser de promoção da cidadania e não de repressão, para retirar aquelas famílias lá da comunidade de Vila Recreio 2.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Eu passo a palavra, agora, a Ana Batista, Coordenadora da Agenda 21.

A SRA. ANA BATISTA – Boa tarde a todos e a todas. Eu quero colocar duas questões e uma proposta. A primeira é resgatar um pouco a fala dos Secretários em relação à importância desse momento, que abre um número imenso de possibilidades da gente resgatar a discussão sobre a cidade. Devemos repensar a cidade de um outro ponto de vista. O século XX foi um século de profundos avanços tecnológicos, de um enriquecimento no sentido da informação, da democratização, da conquista dos direitos. Eu acho que, agora, nós temos que praticar isso. Nós estamos diante de um grande desafio. É a prática da liberdade. É a prática da democracia. E, principalmente, nós temos o desafio de trabalhar com as diversas

dimensões daquilo que a gente considera a nova fase do desenvolvimento, que é inserir a questão da sustentabilidade, inserir a possibilidade da vida das futuras gerações na prática dos gestores, na prática dos parlamentares, na prática da sociedade civil.

Então, me parece que foi dita aqui a questão como a gente vai poder trabalhar com esse desdobramento dos instrumentos que já estão colocados. A Raquel Rolnik deixou isso muito claro. É uma referência do Ministério das Cidades procurar trabalhar a revisão dos Planos Diretores, como um instrumento de redefinição do conceito de urbano, do conceito de cidade, das dimensões de desenvolvimento, para que elas possam ser agregadoras, multidimensionais e, principalmente, trazer o critério da participação tanto dos Executivos, da sociedade, quanto de outras instâncias, principalmente do setor produtivo, que, como já foi falado na última Sessão aqui, não está presente em nossas discussões. Então, eu acho que a gente está com um conjunto de desafios.

Eu quero dizer o seguinte: a prática desse processo participativo é uma prática intensa e é muito difícil. Não é fácil trabalhar na ótica de agregar valores. Não é fácil trabalhar na ótica da pluralidade com vários eixos. Da mesma maneira que o processo de desenvolvimento foi economicista, foi produtivista, foi excludente, o conceito de gestão também foi trabalhado de uma forma exclusivista, tecnicista. Eu acho que nós todos aqui estamos diante de um grande desafio: como trazer esse conjunto de instrumentos que o processo democrático, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades e tantas outras instâncias têm procurado trabalhar, no sentido de aproveitar esses momentos para que a gente possa pluralizar, para que a gente possa exercer essa prática mais horizontal. Isso não é fácil.

Nós trabalhamos aqui na Cidade com um processo imenso, que já tem dez anos. Eu coordenei um trabalho que chega aqui há sete anos e nós sabemos que esse trabalho da Agenda 21 tem pouca visibilidade. A nossa dificuldade de pegar as ações de um conjunto de Secretarias, de trazer as Subprefeituras, de trazer as Regiões Administrativas, de trazer as organizações da sociedade civil para pensar a Cidade, pensar o planejamento da cidade com uma agenda comum, como foi colocado aqui pelo Maurício e pelo Marcos, é um desafio para todos. Eu queria compartilhar dessa dificuldade, até do companheiro que me antecedeu, mas dizer que esses passos que têm sido dados aqui pela Câmara Municipal são decisivos. Então, eu queria, primeiro, resgatar isso e, segundo, dizer o seguinte: até para construir essa agenda comum, para que o papel da Região Metropolitana seja colocado também na pauta do nosso Plano Diretor, nós temos várias

dimensões. Nós temos que pensar a Cidade na sua dimensão econômica, social, cultural, ambiental e participativa. Nós temos que trabalhar a idéia da Cidade como região. Nós temos que trabalhar a participação social. Temos que fortalecer os instrumentos, por onde criar essa horizontalidade.

Então, são várias dimensões. É um exercício bastante amplo. Eu sugiro que a gente, conseguindo concluir esse conjunto de pautas que estão previstas aqui até, me parece, o dia 4, que a gente consiga, a cada momento, trabalhar por tema. A Comissão de Vereadores, provavelmente, deverá ser ampliada, porque nós vamos ter que saber que caminho tomar. Nós vamos ter que trabalhar por tema. Qual é a nossa metodologia de trabalho? As questões que estão sendo colocadas, até 13 de maio, nós temos que avançar no sentido de construir talvez a forma como a gente chegue a essa agenda comum. Em segundo lugar, quais os instrumentos que estão disponíveis? A Comissão do Executivo vai trabalhar de que maneira? A Câmara Municipal está fazendo a sua parte, abrindo debate para os diversos segmentos. Quais são os instrumentos disponíveis na Cidade? Quais são os fóruns disponíveis, como é que nós podemos trazer esse conjunto de atores sociais para fazer com que esse planejamento possa ter essa cara de participativo, de multidimensional, de transversal, de multissetorial, de metropolitano? Eu acho que só concluindo, talvez, a cada passo, a gente possa escolher o caminho que vai ser concluído com a discussão sobre a nossa metodologia. Sem metodologia, a gente não vai poder trabalhar com essa dimensão de desafios que está colocada a cada momento que nós nos reunimos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Ana. Passo a palavra, agora, ao Dr. Ricardo Lira.

O DR. RICARDO LIRA – Sra. Vereadora Aspásia Camargo, no exercício da Presidência dos nossos trabalhos, eu serei brevíssimo porque não era minha intenção produzir nenhuma intervenção nesses trabalhos. Essa questão das regiões metropolitanas é uma questão que me acicata há mais de trinta anos, pois há mais de trinta anos eu a venho estudando em nível acadêmico e, por isso, entendo que não é de toda oportuna porque a minha preocupação com a questão urbana é uma questão estritamente acadêmica. Participo, na Uerj, em nível de pós-graduação, de uma área de concentração sobre o Direito da Cidade, mas o que me preocupa, Vereadora Aspásia, é o seguinte: em matéria de reforma urbana, há nitidamente vários níveis de interesse: o interesse federal, que está hoje refletido nas normas e nas diretrizes do Estatuto da Cidade; o interesse estadual, que basicamente se reflete de forma menos densa e mais apagada, mas existe uma competência estadual em Direito

Urbanístico; e a competência municipal, que evidentemente está refletida no Plano Diretor, com a força constitucional de definir-se no Plano Diretor toda a formatação da função social da propriedade urbanística.

Entretanto, o grande problema que surge é exatamente definir-se quem é o titular, e aqui já se falou nisso, e o gestor do interesse metropolitano, que é o interesse que medeia entre o interesse federal e o interesse municipal. Já imaginaram alguns, evidentemente com momentos utópicos, a criação de um quarto poder federativo, que seria o gestor e o titular desse interesse regional. Todas essas tentativas têm fracassado e, na realidade, a solução que tem prevalecido é aquela que foi alvitada nas extraordinárias exposições de todos os Secretários de Estado Municipais que ouvimos aqui. Evidentemente, na infra-estrutura do seu pensamento, está a realização de convênios entre os municípios, para que esse interesse regional possa ser de alguma forma administrado devidamente, mas parece-me que, em face da realidade constitucional presente, não temos outra solução, senão essa, a de efetivamente se realizarem convênios entre os municípios para que aqueles interesses comuns sociais ligados às questões urbanísticas possam então ser implementados, deferidos.

O grande problema que existe aí é exatamente essa transiência, essa falta de permanência nos interesses políticos. Então, se num determinado momento é interesse desse ou daquele município a manutenção daquele convênio, as alterações políticas que são da natureza humana podem contribuir no sentido de que esse convênio seja implodido e aí, efetivamente, desaparecem todos os interesses e todas aquelas situações que estariam sendo, na realidade, movidas e implementadas. Essa é a questão que me acicata, Sra. Presidente, e foi a única questão que me abalçou a vir a esta Tribuna, porque esse é um problema fundamental e a mim me levaria a uma observação, no sentido de que, nessa revisão do Plano Diretor, ainda não se tratasse, em princípio, de disposições relativas a esses interesses intermunicipais, a esses interesses comuns, porque fogem do âmbito do Plano Diretor.

Aqui se falava quanto ao limite do Plano Diretor, onde o interesse do Plano Diretor excede os limites da cidade ou do município (esta é uma questão ainda a ser resolvida dogmática e doutrinariamente), mas o Plano Diretor não alcança o interesse regional. Num texto falho, em um momento talvez de pouca inspiração desse extraordinário monumento que foi o Constituição de 1988, que foi um monumento que nasceu de baixo para cima por expressão da vontade popular, diz-se que é competência dos Estados federados (não me lembro do texto integral exato) a constituição das regiões metropolitanas, de modo que a própria existência de Planos Diretores Regionais

peca por inconstitucionalidade, porque, na realidade, não temos ainda uma entidade gestora desse interesse municipal.

Aquela entidade que foi criada, como o Sr. Secretário Municipal de Niterói referiu aqui, a Fundren, por que teria ela fracassado? A Fundren fracassou porque não interessa ao Governador de Estado prestigiar por demais aquela fundação/organização regional, porque ele perde o poder de nomear, ele perde o poder de aplicação de verbas. Isso é da natureza política, é da natureza humana, de modo que eu queria deixar aqui esse desafio como resultado do que tenho feito ao longo do tempo, com a circunstância de que uma reforma constitucional seria irreal nesse momento. Mas a minha idéia, pelo menos nesse momento, seria de que nessa revisão do Plano Diretor não se tocasse desde logo nesses aspectos tipicamente metropolitanos, sem prejuízo de que, na sua função administrativa, os municípios pudessem realizar os convênios necessários para que esses interesses comuns, sociais, urbanísticos, pudessem ser atendidos. Mesmo assim de forma constitucional até um pouco duvidosa, até que, num movimento geral, em que surgisse efetivamente a vontade de bem servir, se pudesse de alguma forma fazer uma reforma constitucional. E, então, através de entidades de pesquisa, nós poderemos realizar a idéia de um Plano Diretor municipal que efetivamente seja uma realidade. Não há dúvida nenhuma de que, dentro de 30, 40, 50 anos, como dizem os planejadores urbanos, nós vamos caminhar para um sistema nacional de cidades. E aqui falou-se numa cidade total, numa cidade regional, mas tudo isso ainda é utopia, embora a utopia não deva ser desprezada, evidentemente.

Mas era esse problema institucional, que, ao meu ver, é um problema gravíssimo, que eu queria deixar à reflexão dos eminentes Vereadores desta Casa.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Professor Ricardo Lira, queremos agradecer os seus esclarecimentos preciosos, tocando no ponto central da governança, a precariedade do processo institucional, que regula os nossos sonhos e limita os nossos sonhos. Eu acho que realmente o senhor está sugerindo talvez o caminho mais curto. Já fizemos tantas reformas constitucionais, muitas delas talvez inúteis. Talvez possamos fazer uma que realmente vai beneficiar a grande massa urbana desorganizada da sociedade brasileira hoje.

E eu dou a palavra aqui, para encerrar esse ciclo de debates, à Rosirene Carneiro, pedindo à Rosirene que seja breve, porque os Secretários estão com compromissos e vão querer se pronunciar ainda.

A SRA. ROSIRENE CARNEIRO - Sou Rosirene Carneiro, faço parte do fórum popular participativo para o Plano Diretor, represento a comunidade da Rua do Lavradio (minha residência é na Rua do Lavradio) e da Femulher, a Federação de Mulheres do Rio de Janeiro.

E o que eu quero é rápido, com certeza. Eu vi aqui a Dra. Andrea, a Vereadora, dizer que o Plano Diretor é complexo. E o meu colega Marquinhos dizer que não é de uma hora para outra que se vai construir um Plano Diretor. Mais difícil é para aqueles que não querem fazer nada, principalmente com respeito à população do Rio de Janeiro atual e futura, que serão os nossos filhos e netos. Eu, como cidadã brasileira, digo que o importante é que não seja um pacote pronto para a população principalmente do Rio de Janeiro.

E com relação ao plano estratégico, transporte precário, foi a Sra. Letícia, se não me falha memória agora, que falou sobre as aglomerações. Eu tenho uma denúncia com relação aos transportes e, principalmente com relação às nossas praças públicas, que estão sendo privatizadas e a população não tem mais direito ao lazer nas praças públicas. E eu gostaria de solicitar que inserisse essa questão da propriedade particular a projetos de uma única pessoa nas praças do Rio de Janeiro.

E os transportes, o problema dos transportes. Por exemplo, na Rua do Lavradio com a Pedro I, o trânsito está precaríssimo, inclusive matando transeuntes. Esta semana mais um foi morto por atropelamento na Rua do Lavradio, por imprudência. E ali não tem condições de haver trânsito de transportes coletivos. A imprudência é tão grande que os motoristas entram com velocidade máxima naquelas ruas estreitas que todos conhecem - ali na Rua do Lavradio com Av. Chile -, que houve a terceira morte esta semana, mais um transeunte. Eu acredito que seja morador do local.

Eu gostaria que fosse inserida essa questão de transporte e o local que não é próprio para ônibus e coletivos nas vias Lavradio, Pedro I e Av. Chile.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada.

A SRA. ROSIRENE CARNEIRO - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Abro a palavra para os Secretários, se quiserem fazer algum comentário conclusivo sobre os debates dessa manhã.

O Secretário de Mesquita, Fábio, tem a palavra.

O SR. FÁBIO BRUNO DE OLIVEIRA - Eu quero fazer apenas um pequeno convite, para conhecerem Mesquita. Fica um pouquinho distante, mas a gente está com a nossa nova

página na Internet: www.mesquita.rj.gov.br. Lá, algumas questões que a gente levantou aqui na primeira etapa podem ser conferidas, analisadas, até sugestões podem ser inseridas na página.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Secretário Rodolpho Wanek, para fazer uso da palavra.

O SR. RODOLPHO WANEK - Como é do conhecimento de todos, com a concordância de todos, o plano integrado para a região metropolitana é indispensável para todos os municípios da região, da Baixada principalmente. Só que eu não vejo, talvez, espaço ou tempo para se conseguir nesse Plano Diretor incluir-se isso. Por isso, eu gostaria de propor que fosse incluído no Plano Diretor uma futura discussão para, pelo menos, manter-se acesa essa idéia desse fechamento. Porque, para fechamento até outubro, como manda a lei, esse pensamento todo tem pouco tempo, há um tempo hábil muito curto para se conseguir fazer isso. Então, eu gostaria de propor que todos colocassem em seus planos diretores atuais a discussão futura desse plano integrado para a região metropolitana.

No mais, agradecer a Mesa à oportunidade de estar aqui.

Boa-tarde para todos.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada. Secretário Adyr, para fazer uso da palavra.

O SR. ADYR MOTTA FILHO - Eu gostaria de fazer algumas pequenas observações.

Primeiramente, é fundamental parabenizar a iniciativa, porque não se consegue complementar nenhum projeto sem que antes ele seja uma idéia; sem que antes ele seja discutido; sem que antes ele seja aceito. Então, por menor que seja a participação, ela lança conhecimentos novos; lança, por exemplo, o que nós hoje quase que consensualmente, seja ele um Plano Diretor, seja consórcio ou convênio, já está... eu acho que de tudo o que ficou aqui, já se pensou nisso. E eu acho que o fórum não é um Plano Diretor de uma cidade ou outra. É, sim, na Conferência das Cidades. As Conferências das Cidades regionais e as Conferências das Cidades estadual é que será o fórum de discussão dessa questão, que terá que ser logicamente... não, não venceremos.

Mas uma das questões principais é que, independentemente de qualquer discussão, qualquer acordo de região, através dos seus representantes, seus Prefeitos, pode fazer um convênio a qualquer tempo, para tratar de um assunto ou de dez assuntos. Isso é uma questão que nós temos que ter em mente, e estimular.

Porque, não sei se a gente vai ter no momento, com uma vara de condão, uma idéia que vá transformar toda a região... Todos vão ter! Vamos ter quatro regiões! Vamos ter cinco regiões! Eu acho que não vamos ter. Pequenas regiões podem começar embrionariamente, como já tenho conhecimento em algumas partes do Brasil.

Quero dizer que o PDTU foi apresentado... aí, sim, por iniciativa do Estado, para a questão dos transportes... feito através de um diagnóstico, contratado, por empresas competentes - eu fui assistir, como parte interessada, a apresentação. Foi distribuído essa coisa... Foi iniciativa da Secretaria de Transportes. Como já falei, tenho o maior medo dessa Linha 3, mas acho que fizeram a coisa certa. Não tem nenhuma proposta definida do que vai ser. Mas fizeram um belo diagnóstico que aconselha a todos terem conhecimento. Um diagnóstico interessante das questões de transportes no Estado e como Rio de Janeiro é póla trator, é uma coisa incrível. É muito interessante tomar conhecimento disso. E aí, eu não sei se o Plano Diretor, e quando se fala em Plano Diretor, eu me dirijo assim, tem Plano Diretor de Transportes, de Turismo, de Construção, de Obra, tem Plano Diretor de tudo. Até Plano de Diretor de leis podem ser feitos, e eu não sei se nós teremos um Plano Diretor, e que Plano Diretor é esse que vai englobar tudo. Talvez seja uma cidade projeto, não sei, mas acho que o possível disso tudo, é a questão do consórcio, porque não depende de ninguém, depende da vontade dos Srs. Prefeitos e da capacidade de nós técnicos convenceremos aos Prefeitos que pode-se fazer um convênio internamente e externamente, e que se pode realizar essa utopia de se consorciar. A questão do lixo, por exemplo, que foi tão falada aqui, é uma coisa que todo mundo discute. A questão ambiental de fundamental importância, mas que ninguém quer no seu município ninguém quer tratar disso, então fica uma coisa utópica. Niterói está com esse problema agora, muito grave, e vamos ter que resolver essa questão, querendo ou não.

Outra coisa, nós temos sempre uma questão que nós aqui pensamos sempre que isso é a questão mais importante e que norteia o crescimento, como que orienta as coisas, e não é. A cidade não pede licença para ser viva, ela é viva. Independente que a gente queira, porque enquanto nós estamos pensando em ordenar, o desordenado vai para lá e faz como ele sente necessidade e precisa fazer. E ao mesmo tempo, tem outra coisa, para que a gente pense tudo isso, a gente tem que combinar com o mandatário. O mandatário é peça fundamental e se o mandatário não quiser ou se não tiver nenhum interesse ou falta de conhecimento não sai nada, as coisas não andam. Eu parablenho mais uma vez, porque toda a vez é isto. Nós agora, na Câmara de Niterói, falamos sobre um Plano Urbanístico.

Numa Câmara de 18, tinham seis, e achei até muito. Aqui nos temos 50 Vereadores. Acho até pouco, mas parablenizo aqueles que vieram e que ouviram, porque mesmo que a gente escute muitas vezes falar nisso, sempre se aprende. Eu aprendi coisas aqui hoje, e acho muito importante, parablenizo os Srs. Vereadores e agradeço a oportunidade de ter vindo aqui e expor e falar o que penso acerca do assunto. Não tenho nada contra os advogados, não.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigado, Secretário. Vereador Eliomar V. Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Gostaria apenas de fazer uma observação, já que se falou aqui sobre a Conferência das Cidades. A Conferência das Cidades tem quatro temas previstos. Em primeiro lugar, é exatamente a participação e controle social. Em segundo lugar, vai se trabalhar exatamente na questão da pactuação federativa, que é uma coisa que vai ter que se tocar porque é de fundamental importância no tratamento de questões como nós estamos discutindo aqui, porque isso daí nós não podemos abrir mão. Uma outra coisa que tem lá como tema, também, é a questão do financiamento. Isso daí é uma outra coisa que está previsto lá. O quarto não estou me lembrando no momento... Mas pelo menos são quatro temas, e o que nós estamos fazendo aqui com este seminário, e que vai se desdobrar na última Mesa deste Seminário, vai tratar especificamente da metodologia que deve ser adotada para continuação dos nossos trabalhos aqui na Câmara. É o último tema. No dia 20 de maio, é a última Mesa. E é claro que vai ter que existir um imbrincamento dos nossos trabalhos, com certeza, com aquilo que vai ser discutido na Conferência das Cidades, na Conferência do Estado do Rio de Janeiro e na Conferência Nacional das Cidades.

Isso daí, eu acho que a gente vai ter todo o aporte, todo o instrumental para trabalhar da forma mais realista possível no Plano Diretor para a Cidade do Rio de Janeiro nos tempos atuais.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDNETE (ASPÁSIA CAMARGO) – Com a palavra, o Secretário Adyr Motta Filho.

O SR. ADYR MOTTA FILHO - É só para dar um aviso.

É o seguinte: ontem, houve reunião da comissão de convocação da Conferência Estadual das Cidades. Passou o

prazo legal do Estado convocar, passou o prazo legal do Município convocar, e as instituições que fazem parte do Conselho fizeram uma reunião e convocaram a Conferência das Cidades e, ontem, ficou definido que vai ser em Niterói essa conferência estadual. Então, para desespero de alguns e alegria de outros, vai ser em Niterói a Conferência das Cidades do Estado do Rio de Janeiro, parece que em setembro ou outubro, não é isso, Marcos? No final de setembro...

Muito obrigado. É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada.

Antes de encerrar, eu queria remeter aqui a uma belíssima imagem que foi usada, se não me engano, pelo Fábio, porque nós estamos um pouco entre o sonho e o pesadelo. O sonho é esse aqui de construir a Região Metropolitana. Eu lembro apenas que existe uma cidade metropolitana de Toronto. Foi a primeira do mundo que se oficializou como cidade. Então, nós podemos sonhar... E eu acho que o Plano Diretor tem essa dimensão de sonho que nos faz estar aqui nessa manhã chuvosa, mas com fidelidade, com objetividade também. E o pesadelo... O pesadelo é o mundo em que nós vivemos, esta Cidade em que nós vivemos, desregulada, violenta, caótica, que nós queremos domesticar, no bom sentido da palavra.

Então, eu acho que esse é um ganho importante, porque muitas propostas importantes foram lembradas aqui. A idéia da integração, que eu acho que é um problema comum. Eu quero lembrar aqui que estão presentes Secretários, não Prefeitos. O Secretário faz o que pode, mas ele, muitas vezes, é limitado pelo Prefeito. E o Prefeito, muitas vezes, não tem a dimensão da importância do planejamento; portanto, temos que trazer os Prefeitos – isso é importantíssimo – e integrar os Secretários, porque sem integração não podemos ir muito longe.

E aqui ficou claro também que temos que integrar os níveis da federação. O pacto federativo está incompleto. Eu tenho escrito muito sobre isso e refletido muito sobre isso. É um pacto incompleto. E eu acho que o Dr. Ricardo Lira, mais uma vez, deu uma contribuição aqui preciosa, chamando a atenção para os nossos limites. O convênio não é um instituto adequado para resolver problemas dessa dimensão, dessa gravidade e dessa natureza. E o consórcio é minimalista... Graças a Deus, temos agora essa Lei do Consórcio que facilita. Mas ficou aqui presente – e eu acho que o Vereador Eliomar e eu vamos levar isso em conta – a necessidade de pensar se a nossa região metropolitana vai ser gerida ou não por tópicos. Por exemplo, lembrou-se aqui o Plano Diretor dos Transportes. Que coisa importante ter um Plano Diretor de Transportes. A segurança, alguém sugeriu que cuidássemos disso. O saneamento, o meio ambiente, ou nós vamos tratar da região metropolitana com essa

idéia de Fundrem, ou alguma coisa semelhante, *in totum*? Porque a vida da região metropolitana é uma vida permanentemente estressante, quer dizer, é possível que, se essa autoridade fosse criada, ela teria a gerir não só esses grandes pacotes de transporte, meio ambiente, mas o pequeno aqui e agora. Acho que os Secretários foram muito felizes de nos lembrar: fecha a Linha Amarela, bate em Niterói; a Vila Olímpica está na fronteira com outra cidade, criando a maior inutilidade, quando ela podia ser útil.

Então, foi muito importante que nós tivéssemos ouvido e refletido sobre a questão. A neurose é reflexa, é uma proposta que é uma percepção que nós devemos incorporar, porque é isso mesmo, a neurose é reflexa. Nós estamos permanentemente gerindo esses rebatimentos sobre os quais nós não temos nenhum controle.

Mas sobretudo ficou clara, também, a importância da informação. O Vereador Eliomar Coelho tem se batido há anos, e nós estamos junto com ele defendendo essa idéia, de que nós temos que ter indicadores, zoneamento, geoprocessamento, como foi lembrado aqui. Sem esses instrumentos, ninguém pode fazer nem o Plano Diretor da Cidade, nem muito menos o da região metropolitana. Acho que ficou em aberto a questão do Plano, mas pareceu claro que ele tem que ser flexível; se ele for excessivamente rígido, nós vamos ter mais graves problemas do que soluções. Também foi lembrado que a Câmara pode interferir fazendo as suas emendas, suas leis, mas ficou a idéia de que ela tem que ser flexível. Mas sobretudo há duas conclusões muito consensuais, a de que o poder político não está adequado para resolver institucionalmente a questão metropolitana, porque a questão metropolitana – mais uma vez quero fazer aqui justiça ao Vereador Eliomar Coelho – exige planejamento. Nós estamos num país completamente desgovernado, o planejamento em todos os níveis de governo é absolutamente precário. Então, a região metropolitana está pagando o preço desse vazio institucional, e nós teríamos que caminhar para discutir a institucionalidade, a governança institucional. Eu acho que este é o ponto chave: o que é questão jurídica e o que é a questão da gestão.

Eu encerraria, trazendo aqui à nossa lembrança o ponto central do nosso problema lembrado pelo Dr. Ricardo Lira: quem é o gestor e o titular do interesse metropolitano? Quem é o dono disto? Eu acho que é um problema de prévia gestão e nós temos que resolver este problema. Eu acho que talvez seja pela direção da Conferência das Cidades o problema da gestão, incluindo o financiamento. A minha opinião pessoal é que, se nós tivermos condições de trazer o financiamento, eu sou favorável a que o Governo Federal tenha um papel nisso, porque nós estamos entregues ao Governo Estadual e, como o Dr.

Ricardo Lira colocou brilhantemente, ele não é interessado em viabilizar isso. Em alguns estados existem ensaios, mas o ensaio é muito mais para os municípios menores do que para o metropolitano. Então, se não há esse interesse, acho que temos que trazer sim. Não é nostalgia da Fundrem, mas reconhecer que o Governo Federal tem um papel decisivo no financiamento desse processo, que o recurso é reduzido, portanto exige, também, uma parceria estadual, uma parceria municipal. É o pacto federativo em ação e, se nós conseguíssemos essa participação federativa do Governo Federal, eu tenho certeza que a nossa “cenoura” é o dinheiro, porque, se houver recursos disponíveis, qual é o Prefeito que vai se recusar a ser o parceiro desse processo? Eu acho que são as conclusões ainda momentâneas, mas numa direção em que será muito necessária a continuidade da colaboração com os Secretários aqui presentes.

Agradecemos muito a todos. A Câmara de Vereadores se sente muito honrada em tê-los aqui e nos ter ensinado tanto sobre os municípios que são nossos queridos vizinhos e que nós conhecemos tão pouco.

Muito obrigada a todos e até o próximo Seminário.

(Encerra-se o Seminário às treze horas e dez minutos)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Maria Luiza Testa Tambellim (Profa. UERJ/ Faculdade Serviço Social/Fórum Plano Diretor); Emilia Maria de Souza (Associação de Moradores e Amigos do Horto); Cláudio Rezende Ribeiro; João Gabriel Monteiro e Silva; ?????? L. S. Moura (Gab. Ver. Edson Santos); Cid Ferreira de Souza (Gab. Ver. Edson Santos); Liliane Valle, Claudia Brack; Marcia Frotta Sigaud; Cristina Barreto da Silva; Maria Alice Martins de Souza; Isis Volpi de Oliveira; Claudia Muricy; Ama Maria Machado de Figueiredo; Regina Helena Silva de Souza; Rosinere de Souza Carneiro; Cristina Xavier de Almeida Borges; José Antônio P. de Araújo; Roberto Lira de Paula (Sinduscon-Rio); José Ferreira de Oliveira Filho (CCCAL / MMNLM); Marcos ???? (SARJ/Fórum Plano Diretor); Valéria Barbalho (Senge-RJ/ Fórum Plano Diretor); Licínio Machado Rogério (AMA Bairro Peixoto/ Fórum Plano Diretor); Welington Eduardo de Oliveira; Edson ^a Maciel (Pref. De Mesquita); Mario Augusto Lopes Galves Vieira; Josinete Maria Pinto (Centro de Ação Comunitária CEDAC); Iggy Wanderley (AMA Outeiro); Cláudio Maciel (FAMERJ/ Cood. Jacarepaguá FAM-Rio); Vivaldo maciel (Recreio dos Bandeirantes); Andréia A. G. Medondo (Arquiteta); Ana Lucia Pragana (Arquiteta Caixa); Denise Walneck (Séc. Urbanismo D. de Caxias); Bruno A. Marques (Arquiteto e Urbanista); Fabrício Leal de Oliveira (Arq.

E Urbanista); João Estrella de Bettencourt (Gabinete Ver. Andrea Gouvêa Vieira); Magno Nunes da Silva (CML/RJ – Conselho de Moradores de Loteamento RJ); Helio Boscos (CML/RJ); Olívio Barro; Maurício G. Braga; Cleber Menezes de Magalhães; Adriana Bocaiúva.